



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ISABEL CRISTINA FREITAS DE ALBUQUERQUE

ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS PESSOAIS: ANÁLISE DO PERFIL DE
ENDIVIDAMENTO DOS ALUNOS DA FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FORTALEZA

2017

ISABEL CRISTINA FREITAS DE ALBUQUERQUE

ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS PESSOAIS: ANÁLISE DO PERFIL DE
ENDIVIDAMENTO DOS ALUNOS DA FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Monografia apresentada ao curso de
Administração do Departamento de
Administração da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Jocildo Figueiredo
Correia Neto.

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A31a Albuquerque, Isabel Cristina Freitas de.

Administração de Finanças Pessoais : Análise do perfil de endividamento dos alunos da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado da Universidade Federal do Ceará / Isabel Cristina Freitas de Albuquerque. – 2017.

71 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Administração, Fortaleza, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Jocildo Figueiredo Correia Neto.

1. Endividamento. 2. Consumo consciente. 3. Investimentos. 4. Educação Financeira. 5. Planejamento e Controle. I. Título.

CDD 658

ISABEL CRISTINA FREITAS DE ALBUQUERQUE

ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS PESSOAIS: ANÁLISE DO PERFIL DE
ENDIVIDAMENTO DOS ALUNOS DA FACULDADE DE ECONOMIA,
ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Monografia apresentada ao curso de
Administração do Departamento de
Administração da Universidade Federal do
Ceará, como requisito parcial para obtenção do
Título de Bacharel em Administração.

Aprovada em: ____ / ____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jocildo Figueiredo Correia Neto (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João da Cunha Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Daniel Barboza Guimarães
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que, com Sua infinita bondade e misericórdia, permitiu-me chegar até aqui. Agradeço pelo dom da vida e por ter dado a mim capacidade e inteligência para concluir esse curso, o qual amo tanto, e em uma instituição tão renomada como a Universidade Federal do Ceará. Sei de meu esforço para chegar até aqui, mas reconheço que sem o auxílio de Seu Santo Espírito eu não teria chegado tão longe.

Ao meu professor e orientador, Jocildo, o qual enxergou em mim potencial para realizar o presente trabalho sob sua orientação. Agradeço pelo direcionamento e por ter tornado tudo mais fácil, organizando e coordenando os meus passos para que tivéssemos um resultado muito satisfatório. Aos professores que formaram a banca examinadora, agradeço o empenho em acrescentar sugestões valiosas e muito significativas para o presente trabalho.

Aos meus pais, Raila e Ximenes, os quais jamais pouparam qualquer recurso para que eu tivesse uma educação de qualidade, e a minha amada e criativa irmã, Raquel. Agradeço a meu pai por sempre ter estado tão presente, ainda que, fisicamente, fosse necessário estar distante. Agradeço em especial a minha mãe, meu maior exemplo de mulher. Sua sabedoria, bondade e força permitiram-me entender que eu posso realizar qualquer sonho. Seus conselhos e orações certamente me mantiveram de pé diante das adversidades. E a minha amada e criativa irmã, Raquel, o meu muito obrigada.

Ao meu amor e companheiro de vida, Lanniel, agradeço a paciência e compreensão por ter entendido cada momento em que tive que abrir mão de sua presença para me dedicar à faculdade e à monografia e por ter sido a minha fonte de ânimo em momentos que eu pensei que o cansaço me venceria.

As amigas Carla e Thais, os maiores bens que conquistei na Universidade e que certamente permanecerão comigo até o fim dessa vida. Agradeço, em especial, a Carla por ter sido tão presente na minha vida e por doar-se tanto as minhas causas. Suas doces palavras de sabedoria fizeram-me entender, dia após dia, o quanto Deus cuidava de mim através de sua vida.

Aos meus familiares e amigos, professores, coordenadores, auxiliares de serviços gerais e todos os colaboradores que formam a FEAAC. Uma forma muito eficiente de perpetuar seu legado nessa vida é deixando uma marca positiva nas pessoas. Certamente, uma parte muito significativa dos funcionários dessa instituição irá perpetuar-se através de mim.

“O que o trabalhador obtém de seus esforços?
Vi a tarefa concedida por Deus à humanidade
para nos manter ocupados. Ele fez tudo
apropriado para o momento certo. (...) Sei que
não há nada melhor para eles que ser felizes e
se alegrar enquanto vivem. Mesmo assim, o
fato de todos poderem comer, beber e
aproveitar as vantagens resultantes de todo o
seu trabalho é uma dádiva de Deus.”
(Eclesiastes 3:9-13)

RESUMO

Tendo em vista que as consequências econômicas e sociais do endividamento das famílias estão intimamente ligadas à saúde da sociedade e à economia do país, é necessário acompanhar a tendência do endividamento, realizar estudos sistemáticos para dimensioná-lo periodicamente e educar financeiramente os indivíduos para que eles desenvolvam o consumo consciente. De acordo com dados de uma pesquisa realizada pela Federação do Comércio de São Paulo (Fecomércio SP), em 2016, as altas taxas de desemprego e de inflação e a desvalorização cambial, fatores que caracterizam a atual situação econômica do Brasil, não afetaram de maneira significativa o orçamento das famílias, pois essas estão endividando-se cada vez menos. Entretanto, tais elementos impediram que elas poupassem. Esse fato é reafirmado no presente trabalho, o qual, através de uma pesquisa de campo, realizada por meio de questionário online e físico com alunos da Universidade Federal do Ceará, demonstrou que a maioria dos jovens dos cursos de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Secretariado e Finanças não possuem dívidas e, os que possuem, pretendem saná-las no prazo máximo de 6 meses. Além disso, conforme também mostra a pesquisa da Fecomércio SP, boa parte desses mesmos estudantes não reservam parte de seu dinheiro para investimentos. Dessa forma, é possível perceber a influência das disciplinas de gestão financeira no ensino do manuseio do dinheiro, porém, não se pode afirmar que a educação financeira ocorre de maneira efetiva, tendo em vista que a ausência de recursos para possíveis emergências demonstra a falta de conhecimento em planejar e controlar as finanças, atestando a necessidade de uma disciplina que trate esse assunto de maneira mais aprofundada.

Palavras-chave: Endividamento. Consumo consciente. Investimentos. Educação Financeira. Planejamento e Controle.

ABSTRACT

Given that the economic and social consequences of household indebtedness are closely linked to the health of society and the country's economy, it is necessary to follow the trend of indebtedness, to undertake systematic studies to periodically size it, and to financially educate individuals so that they Conscious consumption. According to a survey carried out by the Federação do Comércio de São Paulo (Fecomércio SP) in 2016, the high rates of unemployment and inflation and the exchange rate devaluation, factors that characterize Brazil's current economic situation, did not affect families' budget, since they are becoming less and less indebted. However, such elements prevented them from saving. This fact is proven in the present study, which, through a field survey, conducted through an online questionnaire with students of the Federal University of Ceará, showed that in the courses of Economics, Administration, Actuarial Science, Accounting and Secretarial, the majority of young people do not have debts, and those who have it, intend pay them within a maximum period of 6 months. In addition, as Fecomércio SP's research shows, these same students do not save part of their money for investments. In this way, it is possible to realize the influence of financial management disciplines on the teaching of money management, however, it cannot be said that financial education occurs in an effective way, since the absence of resources for possible emergencies demonstrates the lack of Knowledge in planning and controlling finances, attesting the need for a discipline that addresses this issue in more depth.

Keywords: Indebtedness. Conscious consumption. Investments. Financial education. Planning and control.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Panorama social brasileiro.....	19
Figura 02 – Esperança de vida ao nascer (em anos) – Brasil – 2000 a 2015.....	19
Figura 03 – Exemplo de organização de finanças pessoais.....	25
Figura 04 – Proporção de famílias endividadas no Brasil e o valor de suas dívidas.....	27
Figura 05 – Proporção de famílias endividadas no Brasil e o valor de suas dívidas.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Porcentagem de respondentes quanto ao gênero.....	42
Gráfico 02 – Porcentagem de respondentes quanto à faixa etária.....	42
Gráfico 03 – Porcentagem de respondentes quanto ao curso.....	43
Gráfico 04 – Porcentagem de respondentes quanto ao semestre em curso.....	43
Gráfico 05 – Faixa de renda mensal líquida pessoal dos respondentes.....	44
Gráfico 06 – Faixa de renda mensal líquida familiar dos respondentes.....	44
Gráfico 07 – Principal fonte de renda dos respondentes.....	45
Gráfico 08 – Grau de escolaridade dos pais dos respondentes.....	45
Gráfico 09 – Porcentagem de endividados no âmbito familiar dos respondentes.....	46
Gráfico 10 – Opinião dos respondentes sobre a oferta de uma disciplina de educação financeira.....	46
Gráfico 11 – Porcentagem de respondentes endividados.....	47
Gráfico 12 – Principais formas de crédito utilizadas pelos respondentes.....	47
Gráfico 13 – Prazo de comprometimento com as dívidas dos respondentes.....	48
Gráfico 14 – Valor aproximado das dívidas dos respondentes.....	48
Gráfico 15 – Motivos que justificam o endividamento dos respondentes.....	49
Gráfico 16 – Frequência de realização de planejamento financeiro dos respondentes.....	49
Gráfico 17 – Porcentagem dos respondentes que reservam parte de seu dinheiro.....	50
Gráfico 18 – Tipos de investimentos financeiros realizados pelos respondentes.....	50
Gráfico 19 – Objetivos de investimento dos respondentes.....	51
Gráfico 20 – Origem do conhecimento sobre finanças utilizado pelos respondentes.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Número de famílias com dívidas e com dívidas em atraso.....	34
Tabela 02 – Porcentagem de alunos endividados de acordo com o curso.....	53
Tabela 03 – Porcentagem de alunos endividados de acordo com o semestre.....	53
Tabela 04 – Porcentagem de alunos que nunca realizam planejamento financeiro.....	54
Tabela 05 – Prazo de comprometimento das dívidas dos respondentes.....	54
Tabela 06 – Valor aproximado das dívidas dos respondentes.....	55
Tabela 07 – Pessoas endividadas no ambiente familiar.....	55
Tabela 08 – Porcentagem de alunos endividados quanto ao gênero.....	56
Tabela 09 – Motivos que geraram o endividamento dos alunos.....	56
Tabela 10 – Quantidade de alunos endividados que realizavam investimentos.....	57
Tabela 11 – Porcentagem de alunos que realizam investimentos de acordo com a idade.....	57
Tabela 12 – Objetivos de investimento de acordo com a faixa etária.....	58
Tabela 13 – Porcentagem de alunos que realizam investimento de acordo com o semestre.....	58
Tabela 14 – Principais tipos de investimento utilizados pelos alunos.....	59
Tabela 15 – Principal fonte de conhecimento dos alunos que realizam investimentos.....	60
Tabela 16 – Principal fonte de conhecimento dos alunos endividados que realizam investimentos.....	60
Tabela 17 – Pessoas endividadas de acordo com a renda pessoal.....	61
Tabela 18 – Pessoas endividadas no âmbito familiar dos respondentes de acordo com a renda.....	61
Tabela 19 – Interesse dos alunos por uma disciplina voltada para educação financeira.....	62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS PESSOAIS.....	14
2.1 Conceito.....	15
2.2 Análise da Sociedade Brasileira.....	16
2.3 Desequilíbrios econômicos e sociais no Brasil.....	18
2.4 Alternativas de Investimento.....	20
2.4.1 <i>Previdência Privada</i>	21
2.4.2 <i>Caderneta de Poupança</i>	22
2.4.3 <i>Imóveis</i>	22
2.4.4 <i>Ações</i>	22
2.4.5 <i>Títulos Públicos</i>	23
2.4.6 <i>Certificado de Depósito Bancário (CDB)</i>	23
2.4.7 <i>Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs)</i>	24
2.4.8 <i>Letras de Crédito Imobiliário (LCIs)</i>	24
2.5 Gestão Orçamentária.....	24
2.5.1 <i>Planejamento</i>	26
2.5.2 <i>Controle</i>	29
3 ENDIVIDAMENTO.....	31
3.1 Conceito.....	32
3.2 Desequilíbrios sociais e econômicos no Brasil.....	33
3.3 Tipos de Dívidas.....	35
3.3.1 <i>Cartão de Crédito</i>	37
3.3.2 <i>Cheque Especial</i>	37
3.3.3 <i>Empréstimo Consignado</i>	38
4 METODOLOGIA.....	39
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	41
5.1 Estatística Descritiva Simples.....	41
5.2 Análise das Respostas.....	52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE.....	69

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a atual situação econômica e financeira do Brasil, na qual a classe média brasileira reduziu consideravelmente seu poder de compra em decorrência da redução gradual da taxa de juro doméstica e sua crescente aproximação das taxas de juro praticadas no mercado internacional, obstáculos cada vez maiores são enfrentados para o alcance de altos rendimentos financeiros. A consequência disso é que apenas poupar não é mais suficiente, tornou-se imprescindível a gestão eficiente dos recursos financeiros para equilibrar o orçamento familiar.

De acordo com Sobral e Peci (2008, p. 359), a administração financeira é a área responsável “pela gestão do fluxo de recursos financeiros, sem os quais é impossível desenvolver qualquer atividade econômica”. Nas organizações, ela tem como objetivo principal captar os recursos de forma a alcançar os objetivos organizacionais, através da alocação eficiente do capital financeiro na economia. A concretização desses objetivos exige que a administração seja segura e eficiente, pois, por melhor que sejam os produtos, os funcionários e até a ligação com os clientes, recursos financeiros mal administrados, frequentemente, geram consequências irreversíveis para a organização.

Segundo Hoji (2009), a educação financeira corporativa traz inúmeros benefícios na medida em que auxilia o empregado a melhorar seu poder aquisitivo, ampliando, assim, a eficácia do gerenciamento da organização, pois, quando os funcionários não enfrentam problemas para honrar seus compromissos financeiros, esses tornam-se mais motivados a aumentar a produtividade da empresa.

Dessa forma, se é possível administrar o fluxo de dinheiro de uma empresa, também é possível educar financeiramente uma pessoa ou uma família. Assim, a educação financeira faz-se importante na medida em que orienta as pessoas a gerir de maneira eficiente os recursos disponíveis e a assumir comportamentos de compra adequados às suas rendas. Por conseguinte, é de fundamental importância para o crescimento do país ter uma sociedade financeiramente saudável e, para tanto, é necessário que desde cedo, crianças e adolescentes tenham contato com o dinheiro e com a forma correta de utilizá-lo.

Entretanto, a omissão das instituições de ensino em tratar de assuntos relacionados às noções de comércio, de economia, de impostos e de finanças gerou como resultado um considerável número de adultos com pouca ou nenhuma instrução financeira e sem habilidades para lidar com o dinheiro. A falta de disciplinas voltadas para a administração de finanças

peçoais, assim como essa herança da má gestão aliada à facilidade de acesso às linhas crédito, fazem com que um número crescente de jovens tornem-se endividados.

A primeira experiência de ter uma renda própria ou de administrar um cartão de crédito são fatores que, quando não acompanhados de planejamento e controle podem ter como consequência jovens que não sabem consumir de forma responsável e, por isso, tornam-se inadimplentes, comprometendo não apenas as receitas atuais, como também os recursos financeiros futuros, gerando problemas familiares e de saúde, afetando, em última instância, a economia do país por falta de circulação de capital.

Todavia, existem disciplinas em cursos superiores na área de Exatas que envolvem cálculo e, ainda que indiretamente, a gestão do dinheiro. Dessa forma, presume-se que os alunos desses cursos possuem conhecimento mais aprofundado nesse assunto e, portanto, dispõem de um planejamento e fazem melhor uso dos recursos disponíveis. Em contrapartida, administrar as finanças pessoais de maneira eficiente é resultado de vários fatores, tais como influência da família, comportamento de consumo dos pais, capacidade de lidar com as incertezas e de equilibrar as receitas e despesas de curto, médio e longo prazo.

Partindo desse princípio, o presente trabalho visa esclarecer a seguinte questão: qual é o perfil de endividamento dos alunos da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado da Universidade Federal do Ceará? Sabe-se que é comum ao brasileiro não se prevenir e não realizar fundos de reserva, pois o volume de endividamento ainda é bastante alto no país. Contudo, tendo as noções básicas de finanças, presume-se que esse panorama possa ser diferente. Dessa forma, este trabalho justifica-se pela necessidade de avaliar se os alunos desses cursos, que possuem matérias voltadas direta e indiretamente para a gestão dos recursos financeiros, dispõem de um planejamento e de poupança e fazem melhor uso dos recursos disponíveis.

O objetivo geral deste estudo é analisar o perfil de endividamento dos alunos que cursam Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado na Universidade Federal do Ceará, tendo como objetivos específicos: investigar se os conhecimentos financeiros adquiridos na Universidade são aplicados na prática; demonstrar as consequências na vida pessoal de jovens que não foram orientados corretamente em relação ao uso dos recursos financeiros; e evidenciar os efeitos dessas questões no planejamento familiar.

Quanto à metodologia, o presente trabalho é uma pesquisa aplicada de natureza quantitativa, sendo realizado primeiramente um levantamento bibliográfico prévio e, posteriormente, aplicado questionários online e presenciais para a coleta de informações. Tratando-se, portanto, de uma pesquisa de campo e descritiva.

Portanto, quanto à estrutura, o trabalho em questão é discorrido inicialmente apresentando a primeira seção, que trata das Finanças Pessoais, expondo sua importância e seu conceito, seguido pela análise da sociedade brasileira, apresentação de distorções econômicas e sociais do país e, por fim, apontando maneiras de planejar e controlar os recursos financeiros. Em seguida, há a segunda seção, que discorre sobre Endividamento, apresentando seu conceito, o atual panorama de endividamento dos brasileiros e, por fim, as diversas formas de aquisição de dívidas. Logo após, há a seção de Metodologia, que enfatiza o enquadramento e os procedimentos metodológicos utilizados ao longo deste trabalho. Em seguida, tem-se a Análise dos Resultados, que apresenta as estatísticas descritivas simples e a análise das respostas coletadas através dos questionários, seguida pelas Considerações Finais, a qual contém as principais conclusões do estudo. Por fim, são apresentadas as Referências Bibliográficas, nas quais consta o referencial bibliográfico utilizado na elaboração da pesquisa teórica.

2 ADMINISTRAÇÃO DE FINANÇAS PESSOAIS

De acordo com Ferreira (2010), a matemática das finanças consiste em uma área da ciência que busca investigar os eventos econômico-financeiros, tendo por base ferramentas quantitativas ou mensuráveis, visando proporcionar técnicas eficientes e modelos que sirvam de referência na resolução de questões voltadas à tomada de decisão nas esferas pessoal, empresarial e governamental.

Dessa forma, para Claudino, Nunes e Silva (2009), é nesse panorama que se torna imprescindível que os indivíduos desenvolvam o conhecimento à cerca do que consiste administrar as finanças pessoais e ser educado financeiramente. Para tanto, são necessárias habilidades básicas, como a compreensão da leitura e a interpretação de números, para que seja possível a geração de dados e posterior transformação em informações. Esses serão os elementos necessários à construção de um planejamento financeiro, o qual irá orientar a consumir de maneira saudável e equilibrar as finanças pessoais. “Quando essa educação é adquirida e aprimorada, as pessoas planejam seu futuro para acumularem ativos e para terem um nível adequado de renda, além de elaborarem orçamentos compatíveis as suas capacidades financeiras.” (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009, p. 2).

Segundo Marques e Correia Neto (2016), a educação financeira faz-se importante, pois a qualidade de vida é diretamente afetada pela saúde financeira, à medida em que permite afirmar o que a família pode ou não fazer dentro dos limites estabelecidos por seus recursos financeiros. Assim, para que as famílias gerem cidadãos para a sociedade e propiciem um ambiente estruturado e saudável para os seus membros, é necessário que a administração dos recursos financeiros aconteça de maneira eficiente.

Além disso, para Claudino, Nunes e Silva (2009), cidadãos educados em relação aos seus recursos financeiros são necessários ao progresso da economia, à medida em que eles demonstram consciência da importância de realizar uma poupança. O governo atua como intermediário deficitário, enquanto as famílias são agentes essenciais ao crescimento econômico, uma vez que seus recursos poupados são fontes primordiais de financiamento para as diversas esferas da economia.

Em síntese, não basta para o país ter empresas financeiramente lucrativas. É preciso ter cidadãos e famílias financeiramente saudáveis. Ter famílias financeiramente saudáveis significa que estas possuem uma situação financeira tranquila e equilibrada no presente e que também terão no futuro. São famílias que possuem um equilíbrio entre a capacidade de consumo e os recursos disponíveis ao longo de toda sua existência. (MARQUES; CORREIA NETO, 2016, p. 4).

Dessa forma, dada a importância da educação financeira e da necessidade de administrar corretamente as finanças da família, torna-se essencial determinar o que são finanças pessoais, o que sua má gestão pode acarretar na economia do país e o que se deve fazer para que o gerenciamento dessas finanças aconteça de maneira eficiente. Dessa forma, esta seção apresentará o conceito de finanças pessoais, a caracterização da sociedade brasileira, distorções econômicas e sociais existentes no país e a gestão orçamentária dos recursos financeiros.

2.1 Conceito

Para Marques e Correia Neto (2016), as finanças pessoais consistem no gerenciamento dos recursos financeiros de um indivíduo ou de uma família, de maneira que, tanto em seu período ativo no mercado quanto durante a aposentadoria, seja possível manter um padrão de vida confortável. É importante destacar que tal conceito pode ser aplicado independentemente do tamanho da renda, pois o que garante a eficiência desse processo é a maneira como o orçamento diário é administrado.

Segundo Fernandes, Monteiro e Santos (2012), o estudo das finanças pessoais tem como principal objetivo ampliar a riqueza de uma pessoa, tendo como foco a tomada de decisão no que tange à financiamento, investimento, consumo, poupança e a análise de risco e retorno, os quais devem estar em concordância com a meta traçada pelo indivíduo. Para tanto, resultados eficientes apenas serão conquistados se houver entendimento de ferramentas financeiras e do movimento dos mercados, pois, há uma tendência a vieses nas decisões tomadas por indivíduos que são desprovidos de noções básicas inerentes a esses conceitos.

Além disso, segundo Lucena e Marinho (2013), essa é a área responsável pelo planejamento da renda familiar, com a finalidade de quantificar o valor da renda da família que deve ser destinado às despesas, assim como definir a parcela a ser investida em poupança para possíveis emergências e situações críticas e o quanto pode ser aplicado com o objetivo de gerar lucratividade ou a aquisição de um bem material. Dessa forma, para os autores, é de fundamental importância “tomar medidas de conscientização através da educação financeira e com isso gerar uma economia mais eficiente formada por cidadãos conscientes das decisões que tomam”.

Em suma, para Marques e Correia Neto (2016, p. 3 e 4), pode-se afirmar que a promoção da educação financeira e previdenciária no Brasil irá “contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e a solidez do sistema financeiro nacional e a tomada

de decisões consistentes por parte dos consumidores”. Sendo assim, no cenário econômico atual, em que o país enfrenta uma crise, e os trabalhadores têm que lidar com baixos salários e altos custos, é necessário, mais do que nunca, administrar as finanças pessoais.

2.2 Análise da Sociedade Brasileira

A atual situação da sociedade brasileira é extremamente preocupante quando se trata de consumo. Tal fato decorre, de acordo com Manfredini (2007), de três motivos básicos: propagandas cada vez mais apelativas, incapacidade dos pais de educar financeiramente seus filhos e pouca atuação das instituições de ensino, ao estabelecer contato precoce e equivocado das crianças com o dinheiro. Quando se fala à respeito do contato precoce e equivocado, refere-se ao fato de que crianças em determinada idade ainda não possuem noção de ética e responsabilidade social, então, podem entender a função do dinheiro, porém, raramente entendem seu valor. A consequência disso pode surgir nos anos posteriores, quando se transformarão trabalhadores ativos e, se permanecerem com essa visão limitada de seus recursos, não farão o uso adequado dos mesmos.

De acordo com D’Aquino e Maldonado (2012), o consumo desenfreado é um comportamento que tem sido muito incentivado na sociedade brasileira contemporânea, independentemente da área da vida ou da idade. Além disso, a atual formação das famílias, compostas, geralmente, por pais que trabalham durante muitas horas por dia e que, por isso, optam por ter poucos filhos, contribuiu para que o mercado da publicidade percebesse nas crianças um alvo fácil e efetivo. O grande número de horas em frente à televisão e a grande quantidade de jogos eletrônicos presenteados pelos pais para que eles possam trabalhar sem a interrupção das crianças, tornaram-se meios de publicidade e, assim, produtos são oferecidos diretamente a esses pequenos consumidores.

Para essas autoras, a culpa pela ausência dos pais é recompensada deixando que o filho assumo o controle financeiro da família. A partir de então, é a criança quem decide o que ela quer comprar e em que momento isso deve ser feito. Sem orientação e sem educação financeira necessária, os pais gastam seus recursos na tentativa de compensar a falta de tempo ou sua ausência. Isso representa uma inversão da hierarquia familiar, o que afeta diretamente a saúde de seus membros e, ao mesmo tempo, da sociedade. Além disso, segundo Stanley e Danko (1999), as pessoas têm o costume de confundir renda com riqueza, tendo em vista que, a maioria delas, por possuírem um alto padrão de vida, gastam tudo o que possuem.

Para Cerbasi (2003), ao investigar a cultura brasileira, especificamente na área financeira, foi percebido que há comportamentos explicitamente padronizados por grande parte da população em relação a objetivos de investimento e planos pessoais: a ideia de riqueza está vinculada ao patrimônio, ou seja, bens materiais e recursos tangíveis que podem ser exibidos. A consequência de estar inserido em uma cultura que prega a ostentação é a necessidade que o indivíduo cria, a partir da pressão posta pela sociedade, de viver conforme um padrão de vida que é incompatível com a renda que possui. A visão errônea de riqueza aliada a esse comportamento gerou maus hábitos, como o endividamento, as compras excessivas nos cartões de crédito e as compras parceladas.

De acordo com Cerbasi (2003), o materialismo aliado ao imediatismo predominante na cultura latina pode comprometer, até mesmo, os recursos futuros. Por mais bem-sucedida que tenha sido uma carreira, ao se aposentar, muitas pessoas percebem que a aquisição desenfreada de bens, sem o devido planejamento ou reserva de dinheiro, assim como, o pensamento limitado de que apenas um mínimo é necessário para viver após a saída do mercado de trabalho, faz com que famílias se vejam diante de dívidas e compromissos que não podem honrar. A partir de então, veem-se obrigados a vender os bens que conquistaram ao longo da vida e viver um padrão de vida consideravelmente inferior ao que sempre tiveram.

Para Marques e Correia Neto (2016), a ideia central da administração de finanças consiste em não condicionar decisões pessoais às dívidas adquiridas. Entretanto, esse é um hábito que está inserido de maneira tão efetiva na cultura brasileira que, como dito anteriormente, muitas famílias estão adquirindo dívidas que afetam seu orçamento a longo prazo, comprometendo, inclusive, sua renda futura. Os efeitos disso são problemas familiares, problemas de saúde e, em última instância, desequilíbrio da economia do país.

Sabe-se que não é possível mudar uma cultura no curto prazo. De acordo com Savoia, Saito e Santana (2007), modificar a forma de pensar de trabalhadores ativos e aposentados, que há muito sobrevivem lidando com o dinheiro, muitas vezes de forma eficaz, mas não eficiente, é um desafio que, provavelmente, não irá gerar resultados satisfatórios.

Assim, a alternativa mais viável seria ensinar às novas gerações formas efetivas para o manuseio do dinheiro. Portanto, faz-se necessário inserir nas instituições de ensino conteúdos relacionados à educação financeira, além de educar os pais na forma correta de conduzir o orçamento doméstico, pois o gerenciamento eficiente desses recursos permite tanto à família como às organizações quanto ao país aumentar sua produtividade e, conseqüentemente, gerar mais lucro.

2.3 Desequilíbrios econômicos e sociais no Brasil

A cultura de consumo existente no Brasil tem gerado consequências para a economia do país. Sem a devida orientação das famílias, as autoridades do país poderiam interferir nesse cenário por meio do exercício de capacitar a população adequadamente para a tomada de decisões no âmbito financeiro. Por exemplo, para Savoia, Saito e Santana (2007), organizações privadas, empresas e bancos deveriam desenvolver práticas para amenizar essa lacuna e orientar clientes e usuários dos seus produtos. Entretanto, o que se vê é a implementação de medidas que agravam a situação financeira do país. A ampliação da oferta de crédito tem por objetivo aumentar a produção local. O que deveria ser vantagem, torna-se desvantagem ao passo que o aumento da produção gera o aumento do consumo e, com informações limitadas sobre os instrumentos financeiros, a tendência é que as famílias se tornem ainda mais endividadas.

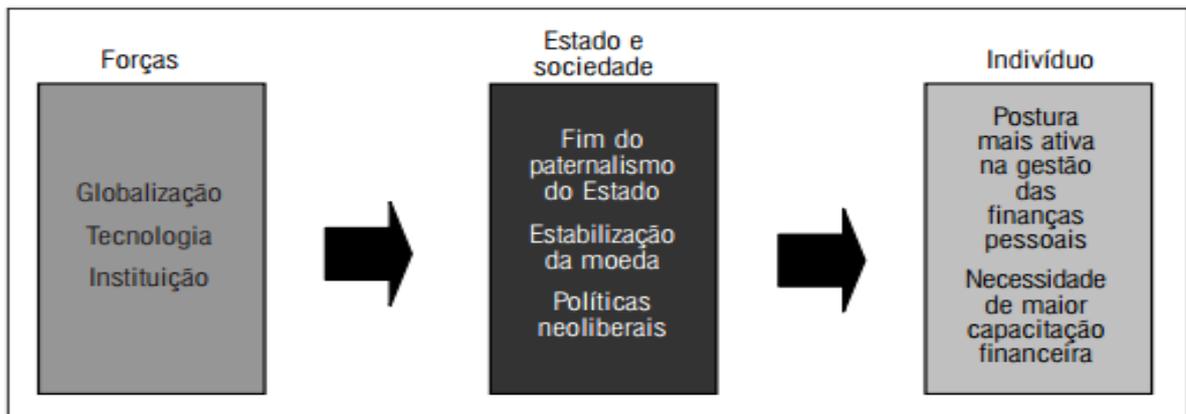
Dessa forma, caberia, como alternativa, às instituições de ensino desenvolver nos alunos a consciência na utilização do dinheiro. Entretanto, isso acontece em uma parcela pouco significativa das escolas e universidades brasileiras. Para Martins (2004 *apud* Kern, 2009, p. 11), “a escola omite-se em relação às noções de comércio, de economia, de impostos e finanças”. Isto posto, percebe-se que as instituições de ensino dão preferência a explicar conteúdos que pouco possuem relação com o contexto no qual os jovens estão inseridos, quando o adequado seria trabalhar com temas que auxiliem os futuros consumidores a conhecer e gerenciar suas necessidades cotidianas.

Para D’Aquino e Maldonado (2012, p. 93), “uma pessoa para ser bem-educada em relação ao dinheiro precisa saber ler e escrever bem”, pois é através dessas ações que é possível ler e analisar um contrato ou uma proposta, por exemplo. Entretanto, sabe-se que, atualmente, algumas deficiências são identificadas no ensino, tendo em vista a existência de alunos em idade avançada que são pouco fluentes na leitura e que possuem baixo grau de correção na escrita. Isto posto, é possível afirmar que a escola tem uma atuação apenas coadjuvante na formação de seus alunos, pois é a família que tem papel principal nesse aspecto.

Portanto, de acordo com Manfredini (2007, p. 15), “a família serve de modelo a cada indivíduo, para o padrão de relacionamento consigo mesmo e com o mundo em que irá interagir, incluindo-se o padrão de relação com o dinheiro”. Dessa forma, se os pais não conseguem usar de maneira eficiente os recursos financeiros, o mesmo acontecerá com seus filhos. A família é quem deve transmitir valores através do exemplo e ensinar a lidar com o dinheiro por meio da racionalidade no uso dos recursos do orçamento doméstico e da

capacidade de definir as prioridades. Mas, isso nem sempre acontece. As maiores consequências dos fatos anteriormente expostos resumem o atual panorama social brasileiro: grande quantidade de pessoas que, mesmo depois de adultas, não se interessam pelo assunto e permanecem sem instrução financeira, sem habilidade para lidar com o dinheiro e para consumir de forma consciente, conforme demonstrado na Figura 01.

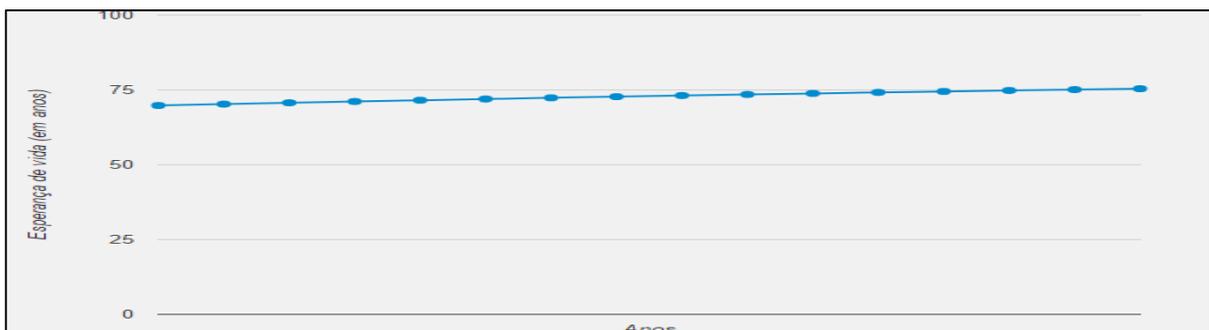
Figura 01 – Panorama social brasileiro



Fonte: Savoia, Saito e Santana (2007).

Assim, diante do quadro de instabilidade da economia do país, do pouco interesse do Governo de educar financeiramente a sociedade e das atuais questões relacionadas à reforma trabalhista e previdenciária, as quais ainda apresentam quadros de incerteza, Cerbasi (2003, p. 14) destaca a importância de não depender unicamente da Previdência Pública, pois “na década de 1960, cerca de trinta trabalhadores contribuíam para a Previdência Social para cada aposentado; hoje praticamente cada trabalhador sustenta um aposentado”. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE) apontam que não foi a quantidade de trabalhadores contribuintes que reduziu, mas a expectativa de vida dos aposentados que aumentou, conforme demonstrado na Figura 02.

Figura 02 – Esperança de vida ao nascer (em anos) – Brasil – 2000 a 2015



Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil (2013).

Segundo Marques e Correia Neto (2016), a aposentadoria consiste em um momento da vida do indivíduo caracterizada pela saída do mercado de trabalho e sobrevivência por meio de fontes da previdência, as quais podem ser públicas, privadas e/ou geradas pela própria capacidade de investimento de uma pessoa ao longo de sua vida profissional. Para que seja possível desfrutar da aposentadoria de maneira confortável, é necessário que investimentos sejam realizados com antecedência.

Assim, para Marques e Correia Neto (2016, p. 144), “previdência diz respeito a preparar-se financeiramente para o futuro, no que se refere a assegurar renda adequada às necessidades de consumo e/ou para construir um patrimônio almejado”. Para Cerbasi (2003), a aposentadoria exige planejamento, pois, ao tornar-se um trabalhador inativo, é necessário que se tenha uma renda perpétua e satisfatória para que as despesas mensais sejam pagas sem que seja preciso trabalhar novamente.

Para tanto, conceitos básicos relacionados a investimentos fazem-se necessários. Cerbasi (2003) afirma que o que garante que essa fase da vida seja bem sucedida é a consciência e a competência de começar a investir o mais cedo possível. Além disso, é fundamental destinar mensalmente um montante a ser investido e reinvestido para que retornos compostos sejam alcançados até que se atinja um capital que sirva de renda anual de maneira perpétua, considerando, inclusive, o aumento da expectativa de vida. Entretanto, o principal fator que impede que se alcance a independência financeira é a impossibilidade de formar poupança que alguns possuem por não conseguirem guardar dinheiro porque gastam tudo o que ganham.

De acordo com Marques e Correia Neto (2016), a previdência pública é caracterizada por ser obrigatória aos trabalhadores e por ocorrer em forma de regime de caixa. Trabalhadores portadores de carteira assinada tem parte do salário recolhida para ser destinada ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o qual concederá a aposentadoria aos empregados contribuintes que tiverem idade ou tempo de contribuição suficiente ou, ainda, por invalidez. Entretanto, sabe-se que apenas o capital adquirido através da previdência pública não tem sido suficiente para arcar com os custos pós saída do mercado de trabalho, já que essa é limitada por um teto. Dessa forma, é necessário que se tenha conhecimento de alternativas de investimento.

2.4 Alternativas de Investimento

De acordo com Cerbasi (2003), a independência financeira somente é alcançada quando um determinado valor de capital é investido várias vezes, em ambiente seguro e a uma

taxa de retorno que seja superior à inflação, de forma a gerar recursos suficientes para garantir uma renda estável que satisfaça as necessidades de segurança de maneira perpétua, ou seja, sem que seja preciso que o indivíduo retorne a trabalhar por obrigação. Dessa forma, sabendo que a previdência pública, muitas vezes, mostra-se insuficiente para garantir a independência financeira de uma pessoa ou família, esta seção apresentará algumas formas alternativas de investimento.

2.4.1 Previdência Privada

De acordo com Marques e Correia Neto (2016), a previdência privada é uma maneira de complementar a previdência pública, a qual é concedida pelo INSS. A principal diferença entre essas duas modalidades de consiste no fato de que, na previdência privada, o investidor pode decidir quanto quer contribuir mensalmente e é possível resgatar os valores pagos se, por algum motivo, desistir do plano de previdência.

Além disso, a previdência privada fornece benefícios ao contratante e a seus dependentes, como renda mensal vitalícia à cônjuge ou filhos em decorrência de morte do contratante no período de cobertura. É concedida por entidades abertas, as quais estão vinculadas exclusivamente ao setor de previdência privada ou complementar para pessoas físicas ou jurídicas, ou por entidades fechadas, as quais trabalham especificamente para gerir os fundos de pensão de empregados vinculados às empresas clientes. (MARQUES; CORREIA NETO, 2016).

Basicamente, a previdência privada divide-se em duas vertentes: a pessoal e a de patrocínio. Para Cerbasi (2003), a pessoal consiste no vínculo estabelecido por meio de contrato com uma administradora, a qual recolherá os recursos do indivíduo de maneira planejada para que, a partir de um determinado período, conquiste o direito a uma renda que pode ser perpétua e aliada a um seguro de vida. É um investimento de baixo risco e de fácil controle, pois é possível saber o quanto poderá ser resgatado posteriormente ao período de investimento.

Para Brasil (2017), a de patrocínio consiste no vínculo estabelecido entre patrocinador e participante, de como que o patrocinador pode ser definido como uma “empresa ou grupo de empresas de direito privado ou entes de direito público, que oferecem aos seus empregados ou servidores, planos de benefícios de natureza previdenciária, operado por Entidade Fechada de Previdência Complementar”.

2.4.2 Caderneta de Poupança

Considerada a maneira de investimento mais simples e popular do Brasil, a caderneta de poupança, segundo Marques e Correia Neto (2016, p. 128), consiste em “uma aplicação de liquidez diária, tendo os rendimentos mensais, ocorrendo na data de aniversário da conta poupança (dia do mês de sua abertura).” Tem como vantagem não exigir um valor mínimo para sua abertura e ser de fácil manuseio.

Para Cerbasi (2013), essa modalidade oferece baixo risco, tendo em vista que, caso o banco ao qual o cliente possui uma conta poupança tenha que lidar com problemas de solvência, existe um fundo desenvolvido pelos bancos que garante, para o ano de 2017, a devolução de até 250 mil reais do valor aplicado, de acordo com a Resolução nº 4.222 de 2013 do Banco Central do Brasil. Além disso, tem como benefício a não incidência de Imposto de Renda, mas, em contrapartida, a rentabilidade oferecida costuma ser bastante inferior as demais aplicações de baixo risco do mercado.

2.4.3 Imóveis

Segundo Cerbasi (2003), os imóveis consistem na modalidade de investimento mais tradicional, a qual utiliza ativos fixos para gerar renda através de aluguéis e revenda. Apesar de ter como vantagem a segurança e a tangibilidade, oferece risco por esses ativos estarem sujeitos à depreciação, ou seja, o desgaste pelo tempo; invasões e possível decaída da área geográfica na qual os imóveis estão situados. Além disso, não se pode ter garantia de quando haverá alguém interessado em alugar ou recomprar esses bens.

2.4.4 Ações

De acordo com Marques e Correia Neto (2016), ações consistem em títulos que simbolizam partes de uma empresa, cujos proprietários passam a ser quem detém esses títulos. Ao tornar-se acionista de uma organização, o retorno sobre esses investimentos acontece por meio do ganho de capital ao realizar a venda de papéis acionários e/ou através do recebimento de dividendos.

Para Cerbasi (2003), as ações estão relacionadas ao recebimento de partes do resultado de uma empresa, quando essa gera lucros. Entretanto, em decorrência do mercado brasileiro ser instável, os investimentos em ações estão muito mais vinculados ao potencial de

valorização de preço desses títulos do que, de fato, aos dividendos. Essa é uma modalidade extremamente instável, pois seus preços podem ser alterados baseados apenas nas expectativas do mercado em relação a uma empresa, podendo gerar altos lucros ou grandes prejuízos em decorrência disso.

2.4.5 Títulos Públicos

De acordo com Marques e Correia Neto (2016), os títulos públicos podem ser obtidos por pessoas físicas pela internet através do Tesouro Direto, o qual consiste em um programa do Tesouro Nacional. Esta modalidade compreende basicamente a aquisição de títulos de dívidas emitidos pelo Governo Federal, o qual o faz com o objetivo de custear suas necessidades. O processo de aquisição de títulos públicos é um pouco burocrático e deve ocorrer pelo intermédio de uma instituição financeira habilitada, como banco ou corretora, mas o manuseio deles costuma ser fácil, podendo o investidor realizar a venda deles a qualquer momento, desde que seja anterior ao prazo de carência e as regras estabelecidas sejam cumpridas.

2.4.6 Certificado de Depósito Bancário (CDB)

Segundo Marques e Correia Neto (2016, p. 128), os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) consistem em “títulos vendidos por instituições financeiras para captação de recursos junto ao público em geral”. Apresentam-se em dois tipos: pré-fixados e pós-fixados. Os certificados pré-fixados têm como característica a definição de sua remuneração logo que o investidor realiza o contrato, o que possibilita a esse saber previamente o valor que será remunerado no futuro e o prazo do investimento. Já os certificados pós-fixados possuem remuneração vinculada ao comportamento do indicador que está relacionado ao CDB, podendo ser o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para Cerbasi (2003), essa modalidade consiste em um acordo, sob responsabilidade do banco, o qual oferece uma taxa específica de rentabilidade por um prazo determinado. Quanto mais tradicional for a instituição financeira, menor é o risco de realizar esse tipo de investimento, pois, assim como a poupança, se, porventura, o banco no qual estão aplicados os recursos quebrar, existe uma garantia de recebimento limitada a 250 mil reais, conforme Resolução 4.222 de 2013 do Banco Central do Brasil.

2.4.7 Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs)

Segundo Marques e Correia Neto (2016, p. 129), as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) consistem em “títulos vinculados a direitos creditórios de negócios entre produtores rurais, suas cooperativas e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos”. São expedidas por uma instituição financeira, sendo usadas com o objetivo de captar recursos para integrantes da cadeia do agronegócio. As pessoas físicas que realizam esse tipo de investimento têm seus rendimentos isentos de Imposto de Renda e têm cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

2.4.8 Letras de Crédito Imobiliário (LCIs)

De acordo com Marques e Correia Neto (2016, p. 129), Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) consistem em “títulos cujos recursos aplicados são direcionados para financiamentos habitacionais, possuindo como lastro créditos imobiliários”. Dessa forma, são considerados mecanismos de renda fixa isentos de Imposto de Renda e cobertos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Além disso, o valor que é remunerado pode ser pré-fixado ou pós-fixado.

Essa modalidade de investimento não pode ser resgatada a qualquer momento, tendo em vista que seu prazo mínimo de vencimento varia segundo o indexador que possui, mas pode ser negociada no mercado secundário. Quando ao seu prazo de vencimento, são 36 meses se o título for atualizado mensalmente por índice de preços e 12 meses caso atualizado anualmente pelo indexador. Caso não seja utilizado índice de preços, é de 60 dias. (MARQUES; CORREIA NETO, 2016).

2.5 Gestão Orçamentária

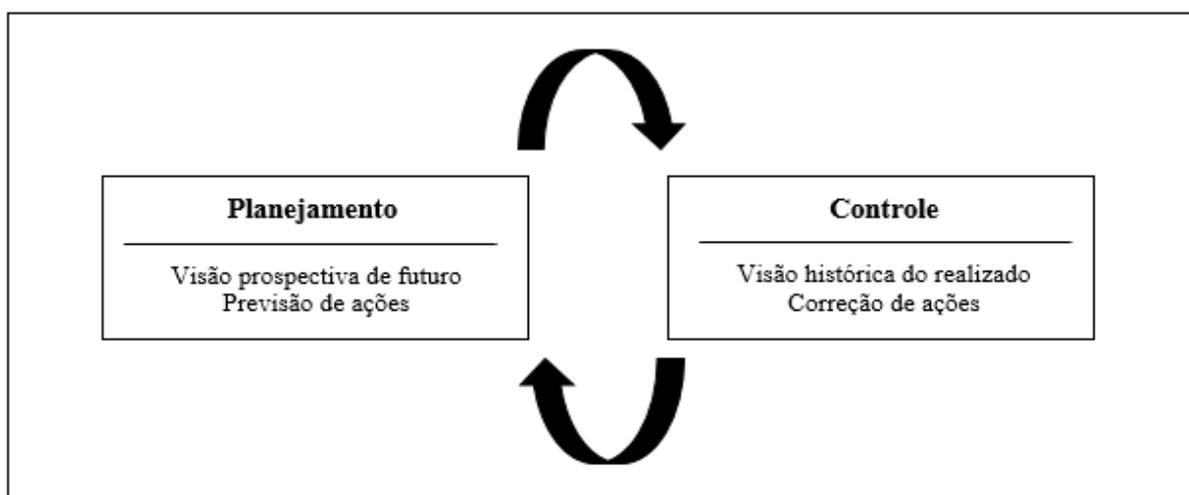
Para D’Aquino e Maldonado (2012), é de fundamental importância saber que todo quadro de consumo exacerbado, seja pessoal, familiar ou, até mesmo, organizacional, é passível de mudança. Para tanto, é necessário estabelecer uma parceria entre família e escola. Desde a infância, as pessoas devem ser ensinadas pela família a consumir de maneira consciente, por meio da busca de atender apenas às reais necessidades, enquanto a escola deve ensinar a relevância de evitar o desperdício dos recursos naturais, pois, como não há conhecimento exato

da quantidade de recursos disposta no futuro, é aconselhável realizar um planejamento para que se tenha um fundo de reserva, além de controlar e, se possível, ampliar os recursos existentes.

Dessa forma, a maneira mais efetiva da família desenvolver o consumo consciente é através do planejamento e do controle dos recursos financeiros. Para Gitman (2010), a ferramenta utilizada para realizar esses processos é o orçamento pessoal, o qual consiste em um documento detalhado de planejamento financeiro que auxilia os indivíduos e as famílias a alcançar seus objetivos financeiros, geralmente, estabelecidos no prazo máximo de um ano. Para isso é necessário que os orçamentos pessoais sejam subdivididos em meses e os objetivos subdivididos em metas de curto prazo.

Para Marques e Correia Neto (2016), qualquer atividade deve ser precedida de planejamento e, posteriormente à execução, os resultados devem ser verificados e avaliados. No orçamento familiar não deve ser diferente, pois, através do planejamento, a unidade familiar poderá ter uma perspectiva dos seus recursos financeiros no futuro, além de projetar as movimentações esperadas para atingir sua expectativa. Além disso, através do controle, é possível corrigir o presente, avaliando planejamentos passados. Portanto, pode-se afirmar que essas duas atividades se complementam, de forma a constituir um ciclo contínuo, conforme demonstra a Figura 03, pois, ao realizar um planejamento financeiro e não executar controle posterior não há garantia de sucesso e eficiência.

Figura 03 – Ciclo de planejamento e controle



Fonte: Marques e Correia Neto (2016).

Para Pereira (2003), as pessoas precisam estar preparadas para administrar, multiplicar e usufruir do dinheiro, principalmente, por questão de saúde. Pois, o estado físico e emocional de alguém depende de sua gestão financeira e de sua capacidade em gerir suas

dívidas. As atividades de planejamento e controle evitam preocupações e doenças, à medida em que apresentam uma previsão dos recursos financeiros dentro de um determinado período de tempo e fornecem dados dos erros cometidos anteriormente para que possam ser ajustados. Cerbasi (2003) enfatiza que muitas pessoas utilizam o argumento de não possuir habilidades com números para justificar o mau uso e o desperdício dos recursos financeiros. Mas, possuir essas habilidades não é requisito fundamental para realizar um orçamento pessoal ou para gerenciá-lo através do planejamento e do controle.

2.5.1 Planejamento

Para Marques e Correia Neto (2016, p. 20), “planejar, no contexto financeiro, significa estabelecer antecipadamente as ações a serem empreendidas e projetar (ou orçar) as movimentações dos recursos financeiros necessários ao atingimento das metas e dos objetivos traçados”. Para tanto, de acordo com Banco Central do Brasil (2013), faz-se necessária uma visão de futuro bem definida: saber onde se deseja estar dentro de determinado período de tempo. Dessa forma, faz-se importante que toda movimentação financeira, seja ela receita (renda), despesa (gasto) ou investimento, esteja anotada e organizada.

Segundo Gitman (2010), o planejamento é necessário, pois oferece orientação, coordenação e posterior controle das etapas que uma pessoa ou família precisa dar para alcançar seus objetivos. Para tanto é preciso que inicialmente metas sejam estabelecidas de maneira definida, cautelosa e realista e organizadas de acordo com o nível de prioridade, prazo e estimativa de custo.

A ideia central do planejamento consiste em equilibrar as contas, de forma que as receitas sejam superiores às despesas e que a diferença entre esses dois fluxos gere recursos para investimento, poupança ou eventuais emergências. Para isso, de acordo com Massaro (2015), é necessário ter como base a atual situação financeira do indivíduo ou unidade familiar e alinhar esses recursos aos seus objetivos e aspirações de vida para a elaboração de um orçamento.

Para o Banco Central do Brasil (2013), orçamento é uma ferramenta que auxilia na organização das finanças pessoais. De acordo com Massaro (2015), ele é composto por quatro elementos básicos: patrimônio, receitas, despesas e fluxo de caixa. O patrimônio é tudo que um indivíduo ou família possui e pode ser representado pela soma dos ativos (aquilo que possui valor de mercado e/ou gere renda) e dos passivos (obrigações e dívidas). Já as receitas são as entradas de dinheiro oriundas de atividades profissionais ou qualquer outro tipo de geração de

renda. As despesas são as saídas de dinheiro decorrentes de pagamento de dívidas ou despesas e podem ser fixas (quando são recorrentes) ou variáveis (quando acontecem esporadicamente). Por fim, o fluxo de caixa é o elemento que estabelece a ordem de entrada e saída de dinheiro, conforme elas ocorrem.

Partindo desses conceitos, para Cerbasi (2003), é necessário que sejam definidas formas de exercer controle sobre a maneira que o dinheiro está sendo gasto. Para isso, é preciso que seja estabelecido o valor de tudo que uma família ganha, ou seja, suas receitas, e que sejam relacionados, independente de critérios, todos os gastos. A partir de então é possível formar uma planilha simples, porém efetiva, e com dados gerais, como mostrado na Figura 04.

Figura 04 – Exemplo de organização de finanças pessoais

	Mês 1	Mês 2
Receitas		
Salários		
Aluguéis		
Total de receitas	_____	
Despesas fixas		
Combustível veículo		
Plano de saúde		
Escolas		
Pagto. aluguel, condomínio e IPTU		
Dízimos e doações		
Cuidados pessoais (cabelo, unha, depilação etc.)		
Tarifas bancárias		
Conta de luz, telefone e gás		
Celular		
Padaria, feira e supermercado		
Faxineira		
Diversão		
Roupas		
Despesas médicas		
Outras despesas fixas		
Total de despesas fixas	_____	
Despesas variáveis		
Manutenção, seguro e impostos do veículo		
Presentes do mês		
Outras despesas variáveis		
Total de despesas variáveis		
Total de despesas + CPMF	_____	
Saldo disponível para investimentos	_____	

Fonte: Cerbasi (2003).

Conforme Cerbasi (2003) afirma, é fundamental a atenção em relação ao registro dessas variáveis, pois, por exemplo, determinados custos ocorrem todos os meses, entretanto, outros são eventuais, não ocorrendo com frequência. Ainda outros são imprevistos que devem ser estimados, com base em meses anteriores, e registrados para que haja controle, inclusive do valor da renda que foi gasto sem que houvesse uma previsão. Isso porque os recebimentos devem garantir pelo menos o pagamento das despesas mensais fixas e os valores destinados a investimentos, os quais devem ser poupados mensalmente de forma que seja possível, em um determinado período de tempo, garantir a independência financeira.

Cerbasi (2003) define cinco passos para realizar um planejamento financeiro eficiente e garantir a segurança da família e os planos de investimentos, são eles: estabelecer o percentual mensal da renda que deverá ser poupado, considerando que deve ser um valor que se adeque a renda e que não interfira no pagamento das despesas fixas; buscar constantemente alternativas de investimento que melhor se adeque ao perfil de quem está investindo; estabelecer o valor da renda a ser desfrutada durante a aposentadoria; buscar corrigir os valores estabelecidos pela inflação vigente; e destinar dinheiro aos gastos adicionais e propositais apenas quando houver sobras.

Para Marques e Correia Neto (2016), o processo de planejamento e a elaboração de orçamento pode ser mais complexa e detalhada, envolvendo três etapas fundamentais. A primeira delas é a análise situacional. Nesta etapa será verificada a atual situação financeira da unidade familiar, identificando as variáveis mensuráveis e relevantes para o planejamento.

Com esta visão financeira da situação atual, a família ou o indivíduo poderá identificar o uso predominante dos recursos financeiros disponíveis (em quais itens se gasta mais), se está havendo capacidade de poupança (receitas maiores do que as despesas), se está passando por um desequilíbrio financeiro (despesas maiores do que as receitas), se há compromissos financeiros não honrados, dentre outras informações que são geradas após uma completa análise situacional. (MARQUES; CORREIA NETO, 2016, p. 22).

De acordo com o Banco Central do Brasil (2013), uma maneira eficaz de iniciar esta etapa é por meio da análise de dados passados. Elencar as receitas e despesas do período anterior é uma boa forma de prever as receitas e despesas futuras.

A segunda etapa é o estabelecimento da situação desejada. Marques e Correia Neto (2016) afirmam que este é o ponto a ser alcançado. Para facilitar esse processo e ter como garantia o sucesso, é necessário que a situação almejada esteja estabelecida de maneira clara e objetiva. Para tanto, o Banco Central do Brasil (2013) enfatiza a necessidade de registrar diariamente todas as receitas e despesas, agrupando-as de acordo com a conta a qual fazem parte cada uma delas, como educação, lazer, alimentação, etc., além de conferir os extratos

bancários e as faturas dos cartões de crédito. Dessa forma, será mais fácil entender o que é necessário fazer para alcançar o patamar que se deseja atingir.

Por fim, a terceira etapa é composta pelas ações a serem empreendidas. Para Marques e Correia Neto (2016, p. 22), esta etapa “implica a realização de uma série de atividades inter-relacionadas e sequenciais” que, ao final, atingirão os objetivos traçados pela família na segunda etapa. Para a realização de tais atividades, serão necessários recursos de diversas naturezas, entretanto, o principal deles é os recursos financeiros, pois todos os outros são dependentes dele. Dessa forma, faz-se importante o planejamento e a organização em forma de planilhas desses recursos para que seja possível ter melhor visualização da situação atual e dos dados que podem ser mudados para alcançar os objetivos futuros e chegar à situação almejada.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2013), é nessa etapa também que serão avaliados o comportamento das finanças da família ao longo do período estipulado para que seja possível agir corretiva e preventivamente. Sabe-se que o exercício de projetar envolve incertezas decorrente de variáveis internas e externas, entretanto, a eficácia desse processo é inquestionável, pois, certamente ela aproximará a unidade familiar de suas metas financeiras, evitará o endividamento e trará reflexão sobre o nível de consumo.

2.5.2 Controle

De acordo com D’Aquino e Maldonado (2012), a educação financeira abrange quatro grandes áreas, as quais são: ensinar a ganhar dinheiro, perceber as escolhas que estão postas na vida, aprender que gastar é decidir entre prioridades e, por fim, doar tempo e talento. Todas essas áreas trazem como consequência a disciplina para estabelecer um planejamento financeiro e a ética na utilização do dinheiro, ou seja, essas áreas foram estabelecidas com um objetivo: o controle.

Sanvicente (1997) afirma que se a elaboração de planos e orçamentos para um período futuro é a maneira mais eficaz para que os objetivos traçados sejam atingidos, também deve-se considerar que não há planejamento adequado se não houver controle.

Segundo Marques e Correia Neto (2016, p. 25), controlar significa “verificar se os planos e os objetivos estão sendo realizados conforme o planejado e, conseqüentemente, se as metas estipuladas estão sendo atingidas”. Dessa forma, o controle tem como objetivo o acompanhamento das atividades dispostas no planejamento e as movimentações financeiras derivadas dessas atividades, as quais dividem-se em quatro:

- a) Analisar os fluxos de caixa realizados e verificar se houve alguma alteração no patrimônio familiar em determinado período de tempo;
- b) Examinar se houve alguma discrepância entre o executado e o planejado;
- c) Caso haja discrepâncias, identificar as causas para tais desvios;
- d) Realizar ações corretivas em relação aos desvios observados anteriormente.

De acordo com Massaro (2015), o controle faz-se importante para evitar que o indivíduo ou a família faça uso das linhas de crédito ou utilize o patrimônio para sanar as obrigações financeiras. Dessa forma, é fundamental ter registrado toda movimentação financeira realizada em um determinado período de tempo em planilhas ou em outra ferramenta que auxilie nessa atividade para que as informações estejam organizadas e não haja descontrole dos recursos.

A expressão concreta final dos objetivos, planos e das estimativas orçamentárias assume a forma de padrões de eficiência ou, na falta de um estudo técnico do que é considerado mais eficiente, a forma de marcos de comparação considerados necessários para a obtenção de um desempenho satisfatório (SANVICENTE, 1997, p. 212)

Portanto, ainda para esse autor, o registro das informações para fins de controle faz-se importante não apenas para que se compare os valores orçados com os valores realizados, mas também para que seja possível analisar as diferenças entre eles e adotar as medidas corretivas necessárias.

3 ENDIVIDAMENTO

Segundo D'Aquino e Maldonado (2012), o endividamento está intrinsecamente relacionado ao fato de que as pessoas, independentemente do nível de renda, desejam consumir com o objetivo de transparecer um determinado padrão de vida que, de fato, não possuem ou de simular uma determinada identidade. Isso reflete o atual panorama social brasileiro: uma população impossibilitada de pagar suas dívidas, pois, antes mesmo de receber seu salário, uma boa parte dele já está comprometida.

De acordo com Marques e Correia Neto (2016, p. 158), de modo geral, “a construção de uma dívida está associada à aquisição de bens e/ou serviços”. Entretanto, nas unidades familiares, não se restringe apenas a isso. É comum que hajam vários gastos e dívidas que não visem apenas a construção de um patrimônio ou retorno financeiro, mas que também gerem retorno emocional. Sabe-se da importância de adquirir algumas dívidas em detrimento da felicidade e do bem-estar da família, mas, é fundamental garantir que esses gastos não se tornem frequentes para que não haja endividamento nem comprometimento dos recursos no curto, médio e longo prazos.

Para tanto, um dos parâmetros básicos para não adquirir um grande volume de dívidas e garantir o desenvolvimento é o controle, a autorregulação. D'Aquino e Maldonado (2012, p. 57) afirmam que “na sociedade de consumo não pode existir a saciedade. O indivíduo tem que viver no contínuo giro rápido do desejo não satisfeito, para que ele possa buscar mais e mais”. Além disso, a sociedade de consumo tem contribuído propositalmente na confusão dos conceitos de desejo, vontade e necessidade.

Os desejos estão relacionados à busca de prazer, à expectativa de possuir ou alcançar alguma coisa. A vontade refere-se à disposição, ao interesse, a força propulsora para realizar algo. Já a necessidade abrange apenas o que é útil e indispensável, como as necessidades básicas de um ser humano (comer, dormir, respirar, etc.). É importante entender e saber diferir esses conceitos para que os recursos financeiros não sejam desperdiçados e para que uma pessoa ou família não entre no processo de endividamento (D'AQUINO; MALDONADO, 2012).

Para Marques e Correia Neto (2016), o que caracteriza o endividamento é a surpresa. Ela evidencia um comportamento errado de consumo e a má gestão dos recursos financeiros, à medida em que indica que algo está fora do controle. Muitas vezes as dívidas não surgem de situações inesperadas e imprevisíveis ou de fatos que não permitam o controle, mas sim em decorrência de decisões erradas, o que indica uma má gestão financeira e,

consequentemente, leva ao endividamento uma pessoa, uma família ou uma empresa, independentemente de seu faturamento ou de sua renda.

Partindo desse princípio, torna-se necessário conhecer de maneira mais profunda o processo de endividamento. Dessa forma, a seguir estão discriminados o conceito de dívida, que é o fato gerador do endividamento, desequilíbrios socioeconômicos, que apresentam em números a real situação da sociedade contemporânea e, por fim, os tipos de dívidas, apresentando os principais fatores que as geram.

3.1 Conceito

Sabe-se que o processo de endividamento inicia-se com um fator: a dívida. Dessa forma, torna-se necessário, primeiramente, conhecê-la. De acordo com Marques e Correia Neto (2016, p. 151), “dívida é aquilo que se deve”. Partindo desse princípio, todo e qualquer indivíduo possui dívidas. Por isso, Cerbasi (2003) caracteriza uma dívida como a utilização de recursos de terceiros aliada a cobrança de juros. Cartões de crédito, empréstimos consignados e financiamentos são apenas alguns dos recursos de crédito fácil que o mercado oferece e que costumam conter juros muito altos.

O descontrole financeiro e as compras por impulso são fatores que levam os consumidores a adquirir um grande volume de dívidas e, posteriormente, recorrer aos recursos anteriormente citados como forma de saná-las. Dessa forma, para Marques e Correia Neto (2016), o que evidencia que alguém está endividado é a sua incapacidade de honrar com seus compromissos financeiros na data correta por falta de recursos. Isso acontece quando uma família mantém um nível de consumo que não é compatível com sua renda, gerando, assim, custos e despesas superiores às receitas.

Para Marques e Correia Neto (2016, p. 153), “nas famílias, o aumento do passivo ou das dívidas está relacionado com o padrão de vida que a família deseja ter, com seu nível de consumo e com a formação de patrimônio”. De modo semelhante, D’Aquino e Maldonado (2012), afirmam que o endividamento, muitas vezes surge do desejo de um indivíduo de ostentar um padrão de vida que não é compatível com sua renda e de formar para si uma identidade que mostre aos outros uma situação financeira que não condiz com a real. As consequências desses fatos refletem-se na liberdade de tomada de decisão da família, tendo em vista que ela será afetada ou limitada pelas dívidas adquiridas; na saúde, pois a preocupação em arrecadar fundos para sanar as despesas pode gerar *stress* e doenças, como dores de cabeça e gastrites; e, até mesmo, em problemas familiares ou no emprego. Dessa forma, pode-se afirmar

que uma dívida pode repercutir em diversas dimensões, não limitando seus problemas à dívida em si.

Além disso, segundo Lucena e Marinho (2013), é muito frequente a utilização de termos como taxa de juros, inflação, crédito, investimentos, assim como outros conceitos relacionados a área financeira nos meios de comunicação, contudo, a grande parte da população desconhece essas definições e, em decorrência disso, tomam decisões baseadas apenas na experiência prática e, muitas vezes, sem realizar planejamento, o que tem contribuído para o aumento do percentual de inadimplentes.

3.2 Desequilíbrios econômicos e sociais no Brasil

De acordo com um estudo da Serasa Experian e a classificação Mosaic Brasil (2014), os jovens entre 18 e 30 anos de idade representam 28,1% dos inadimplentes no Brasil, estando em 4º lugar na pesquisa, a qual afirma que os jovens adultos de 26 a 30 anos são os mais representativos (29,9%), seguidos pelos adultos de 31 e 35 anos (29,3%) e, logo após, pelos adultos de 36 a 40 anos (28,2%). A partir dessa idade, as porcentagens tendem a diminuir. Ou seja, quanto maior a idade, menor é o índice de inadimplência.

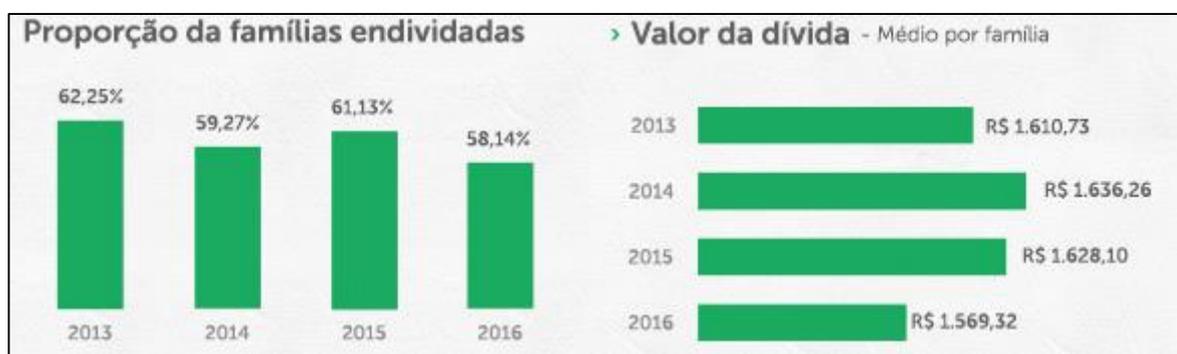
Quatro em dez brasileiros estavam inadimplentes em abril de 2015, de acordo com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). Isto equivale a 55,3 milhões de pessoas, ou seja, 38% da população brasileira de 18 a 95 anos, com dívidas pendentes. A pesquisa revelou ainda que grande parte dos brasileiros faz compras sem nenhum planejamento e muitas vezes se rende ao financiamento fácil – principalmente por meio de empréstimos consignados. (MASSARO, 2015, p. 3)

Para Massaro (2015), o que mais preocupa nesses dados é o fato de que os brasileiros estão comprando por impulso, não estão preocupando-se em fazer uma poupança, tampouco em realizar investimentos. Para Vieira, Bataglia e Sereia (2011), isso justifica-se pelo passado cultural e histórico do país, pois durante muito tempo o cenário econômico brasileiro foi caracterizado por variações monetárias e altas taxas de inflação.

Ainda segundo esses autores, a partir de 1990, com a abertura econômica e, posteriormente, em 1994, com a estabilização da moeda, houve um aumento do poder aquisitivo das famílias. Entretanto, a maioria delas não sabia como lidar com as repentinas mudanças no cenário econômico e, provavelmente, não sabiam da importância de analisar os riscos e os custos-benefícios de suas escolhas. Dessa forma, as decisões de curto prazo, aliadas a falta de planejamento, levaram ao quadro de endividamento.

Entretanto, de acordo com dados da Federação do Comércio de São Paulo - Fecomércio SP, diante do atual panorama nacional e da crise financeira do país, os gastos das famílias foram reduzidos e o endividamento, apesar de continuar com altos índices, reduziu quando comparado aos anos anteriores. Fatores como altos índices de desemprego e perda do nível de renda foram a principal motivação para que as famílias buscassem renegociar suas dívidas. Dessa forma, o número de famílias endividadas nas capitais brasileiras caiu de 62% em 2013 para 58% no final do primeiro semestre de 2016, conforme demonstrado na Figura 05. (PROPORÇÃO..., 2016).

Figura 05 – Proporção de famílias endividadas no Brasil e o valor de suas dívidas



Fonte: Banco Central/IBGE/FecomercioSP/CNC (2016 *apud* Proporção..., 2016).

A figura acima demonstra que, assim como a proporção de famílias endividadas diminuiu, o valor das dívidas também caiu de 2,6% em termos reais no período, passando de R\$ 1.611,00 para R\$ 1.569,00. Entretanto, a proporção de famílias com contas em atraso aumentou de 21%, em 2013, para 23%, em junho de 2016, conforme demonstrado na Tabela 01.

Tabela 01 – Número de famílias com dívidas e com dívidas em atraso

	NÚMERO TOTAL DE FAMÍLIAS NAS CAPITAIS	COM DÍVIDAS	COM DÍVIDAS EM ATRASO
2013	15.114.978	9.466.292	20,77%
2014	15.242.780	9.149.075	18,47%
2015	15.370.815	9.488.007	23,19%
2016	15.436.066	9.062.431	23,46%

Fonte: Proporção... (2016).

De acordo com o SCPC Brasil (2015 *apud* D'Urso, 2015), aproximadamente 6,3 milhões de jovens entre 18 e 24 anos, em 2015, estavam com alguma restrição no CPF, representando 26% da população brasileira compreendida nesta faixa etária endividada por falta

de recursos financeiros. É importante destacar que, no Brasil, as taxas de juros relacionados ao cartão de crédito são exorbitantes, pois, enquanto um jovem europeu paga de 10 a 20% em juros, o jovem brasileiro paga até 260%, índice acumulado em 2014, o que, juntamente com o amplo acesso ao crédito a essa parcela da população, podem resultar em um agravamento do quadro anteriormente citado.

Segundo Cerbasi (2003), os juros podem ser conceituados como taxas que são cobradas de alguém que se utiliza do dinheiro de outra pessoa, como uma espécie de aluguel. Ou seja, o juro é o valor pago quando alguém utiliza uma quantia em dinheiro que pertence a outro, geralmente, em poder de uma instituição financeira.

Para esse mesmo autor, as dívidas apenas são objetos de preocupação quando custam caro, ou seja, quando os juros pagos superam o valor daquilo que motivou o empréstimo. “Quem paga juros está arcando com um ônus muitas vezes desnecessário e prejudicial para obter algo antes de realmente adquirir condições de tê-lo. Ninguém deveria pensar em pagar juros se não ficasse mais rico com esses juros.” (CERBASI, 2003, p. 59).

É de fundamental importância que isso seja conhecido pelos clientes antes de tomarem um empréstimo em qualquer instituição financeira. Para Lucena e Marinho (2013), é preciso que a educação financeira seja semeada na população para que a inadimplência seja combatida e haja maior rentabilidade da renda pessoal e das unidades familiares, a partir das escolas, para que seja disseminada uma cultura de conscientização financeira.

3.3 Tipos de Dívidas

De acordo com Marques e Correia Neto (2016, p. 7), “o grande desafio das empresas e das famílias é justamente conseguir entender e gerir as necessidades atuais, as de médio e as de longo prazo”. Para tanto, D’Aquino e Maldonado (2012) afirmam que é necessário ter maturidade financeira, ou seja, entender quais são os desejos de agora e, adiá-los para benefício futuro. Ao estabelecer prioridades, a família reconhece a importância do processo de renúncia e entende o valor do processo de escolha. Dessa forma, como dito por Marques e Correia Neto (2016), é possível evitar endividamentos desnecessários, à medida em que os recursos certos são utilizados apenas nos momentos necessários.

Entretanto, para esses autores, em determinados momentos as dívidas não podem ser consideradas ruins ou consequência de uma má gestão. Portanto, faz-se necessário classificar as dívidas de acordo com sua natureza. Assim, as dívidas podem ser classificadas:

- a) Quanto ao prazo de vencimento: podem ser de curto prazo, quando seu prazo de vencimento não excede um ano, o que não significa necessariamente que a família está endividada, pois estas podem ser pequenos gastos do cotidiano; ou de longo prazo, quando seu prazo de vencimento excede um ano, podendo significar endividamento quando a renda futura já estiver comprometida com esses gastos.
- b) Quanto ao planejamento: algumas dívidas são realizadas propositalmente, ou seja, já estão expressas no planejamento futuro da família, podendo ser um investimento, como a aquisição de um bem; ou podem ser não planejadas, quando são fruto de uma má gestão ou de um acontecimento incapaz de ser controlado, como doença de um parente ou batida de carro.
- c) Quanto à qualidade: podem ser boas ou ruins, isto vai depender do objetivo que se deseja alcançar através da aquisição da dívida e da maneira que ela irá afetar o orçamento familiar (MARQUES; CORREIA NETO, 2016).

De acordo com Hoji (2012), o mercado de crédito é a opção mais comum que as pessoas físicas e jurídicas utilizam para suprir as necessidades de caixa de curto e médio prazos, por meio do relacionamento com intermediários financeiros, como bancos públicos e privados e sociedades de crédito, financiamento e investimento, com o objetivo de antecipar o consumo e atender a emergências.

O crédito é uma fonte adicional de recursos que não são seus, mas obtidos de terceiros (bancos, financeiras, cooperativas de crédito e outros), que possibilita a antecipação do consumo para a aquisição de bens ou contratação de serviços. Existem várias modalidades de crédito. Por exemplo: limite do cheque especial, cartão de crédito, empréstimos, financiamentos imobiliários ou de veículos, compra a prazo em lojas comerciais etc. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013, p. 9).

Segundo dados da FecomercioSP, em março de 2017 a inadimplência retornou a subir, atingindo 17,5%, que representa 1,0 p.p. quando comparada a fevereiro. A proporção de famílias que afirmaram não possuir recursos para quitar as contas no mês de março subiu, passando de 8,4% em fevereiro para 8,7% em março, representando o maior patamar desde outubro de 2006. Esse episódio acomete principalmente as famílias com menor renda, tendo em vista que, em decorrência da baixa renda, qualquer eventualidade pode desequilibrar as finanças, tendo que recorrer ao crédito como fonte de acesso a manter os padrões de consumo. (EM MARÇO..., 2017).

Além disso, constatou-se que a principal forma de aquisição de dívidas é por meio do cartão de crédito, o qual foi usado por 70,5% das famílias paulistanas em março, seguido

pelos carnês (13,9%), financiamento de carro e casa (ambos com 12,2%), crédito pessoal (11,0%), cheque especial (7,1%) e crédito consignado (4,6%).

Dessa forma, tendo por base a pesquisa anteriormente citada, a seguir, serão apresentados exemplos de crédito, os quais são as principais entradas para o endividamento, demonstrando, assim, que até mesmo dívidas previamente planejadas, que parecem boas em um primeiro momento, e de curto prazo, podem levar a família ao endividamento, caso não haja organização e gerenciamento adequado.

Segundo o Banco Central do Brasil (2016), o financiamento consiste em uma modalidade de crédito com uma finalidade determinada, ou seja, com destinação específica dos recursos tomados, como a aquisição de um eletrodoméstico ou de um imóvel. Este se estabelece por meio de um contrato entre o cliente e a instituição financeira e, geralmente, possui uma garantia, como a alienação fiduciária ou hipoteca. Entretanto, é necessário que as prestações, assim como os juros, estejam de acordo com a renda familiar, sem que comprometa outros pagamentos. Isto posto, algumas modalidades de financiamento estão expostas a seguir.

3.3.1 Cartão de Crédito

De acordo com a Fundação Programa de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo – PROCON SP, o cartão de crédito é uma ferramenta que promove o mercado de consumo e facilita a realização de compras, na medida em que viabiliza o pagamento à vista ou parcelado de produtos ou serviços, desde que seja levado em consideração requisitos pré-determinados, como validade, abrangência, limite do cartão, entre outros.

Para Marques e Correia Neto (2016, p. 157), “o que se evidencia é que as principais dívidas que levam a família à situação de inadimplência são feitas no cartão de crédito e no cheque especial”. Isso porque eles podem ser considerados de curto prazo e de alto custo, podendo, assim, não caber no orçamento familiar o valor das parcelas.

Segundo Hoji (2009), a maneira correta de utilização dessa modalidade é pagar integralmente as faturas das compras realizadas para evitar que se pague uma das taxas de juros mais elevadas entre as formas de financiamento existentes.

3.3.2 Cheque Especial

De acordo com o Banco Central do Brasil (2016), o cheque especial é um instrumento de crédito fornecido ao cliente com o objetivo de cobrir as dívidas geradas por

cheques que ultrapassem o saldo disponível em conta. Ele é decorrente de uma relação contratual e juros que incidem sobre o valor disponibilizado.

É importante salientar que, para Hoji (2009), essa é uma modalidade de crédito que não deve ser incorporada à renda de um indivíduo ou família, tendo em vista que ela é a maneira mais fácil de solicitar empréstimo junto a um banco, pois é necessário um valor pré-aprovado e não é preciso que se formalize cada vez que seja necessário um novo empréstimo, mas também é a mais cara que existe. A taxa de juros cobrada pode chegar a 15% ao mês e 435% ao ano, além de serem cobradas tarifas periódicas para manutenção desse recurso, mesmo que não haja sua utilização. Portanto, essa é uma alternativa que deve ser usada apenas em casos de urgência e por poucos dias.

3.3.3 Empréstimo Consignado

O empréstimo consignado é a modalidade de crédito mais utilizada pelos idosos. De acordo com o Banco Central do Brasil (2016), após a realização do empréstimo, as prestações serão descontadas mensal e diretamente na folha de pagamento ou de benefício previdenciário do contratante. Esta linha de crédito oferece mais segurança, pois não há como esquecer ou adiar o pagamento, tendo em vista a maneira como as prestações são quitadas e da exigência da autorização prévia e expressa do cliente à instituição financeira concedente do empréstimo.

Para Hoji (2009, p. 111 e 112), essa modalidade possui a vantagem de ter “uma das taxas mais baixas entre as praticadas por instituições financeiras, por minimizar o risco de inadimplência por meio de débito em folha de pagamento de empresas onde o cliente trabalha”.

Portanto, de acordo com Hoji (2009), é importante destacar que, para qualquer modalidade de crédito, o controle faz-se necessário para que todo o salário ou uma parte considerável dele não fique comprometida apenas para o pagamento de prestações de empréstimos e para que o prazo que foi acordado com a instituição financeira seja devidamente cumprido. Essas são modalidades que, a curto prazo, podem atender as necessidades ou desejos da família, mas, a longo prazo, podem representar o comprometimento do orçamento familiar e afetar, até mesmo, seu padrão de vida.

4 METODOLOGIA

Em termos de Metodologia, esta pesquisa tem duas etapas: a primeira relacionada às hipóteses e conclusões de outros autores a respeito do tema; e a segunda é baseada na análise das informações coletadas na Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado – Universidade Federal do Ceará para entender qual o nível de instrução que os jovens têm quando questionados sobre recursos financeiros, seu nível de endividamento e as oportunidades de investimento.

Quanto à natureza, pode-se afirmar que o presente trabalho é uma pesquisa aplicada, pois, de acordo com Boaventura (2004), o mesmo tem como objetivo gerar conhecimentos úteis sobre determinado assunto para que seja possível analisar e oferecer soluções a um problema social. Quanto à forma de abordagem, para Richardson (1985, *apud* Boaventura, 2004) o estudo é considerado predominantemente quantitativo, tendo em vista que trata de dados estatísticos, tanto na modalidade de coleta de informações quanto na análise da mesma, dando ênfase aos resultados e não ao investigador.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, pois, após observação e sem intervenção do pesquisador, os fatos serão inscritos, investigados, catalogados e compreendidos. (ANDRADE, 2010).

Quanto ao objeto, é classificada como bibliográfica, tendo em vista que, para Boaventura (2004), serão utilizados como instrumentos livros e publicações periódicas para a elaboração da pesquisa; e pesquisa de campo, pois ocorre a coleta de dados em um local específico, determinado pelo pesquisador, no qual os fenômenos acontecem de forma espontânea e onde o investigador espera conseguir informações e aprofundar seus conhecimentos sobre determinada hipótese que pretende comprovar.

Para a obtenção dos dados, as ferramentas utilizadas foram questionários aplicados em ambiente específico, no campus do Benfica da Universidade Federal do Ceará. A pesquisa ocorreu, basicamente, em duas fases: a primeira ocorreu apenas de maneira *online*, no ano de 2016, e na segunda, questionários *online* e físicos foram aplicados em 2017. Assim, a primeira fase constituiu-se da seguinte maneira: os questionários foram previamente elaborados em uma ferramenta *online* do Google chamada Formulários Google, que foram disponibilizados virtualmente no Facebook, em um grupo voltado apenas para sanar dúvidas e divulgar trabalhos e eventos de todos os alunos de todos os cursos da FEAAC. Posteriormente, visando ampliar a quantidade de respondentes, foi disponibilizado para as turmas das disciplinas de Administração e Elaboração de Projetos – Diurno, Administração e Elaboração de Projetos –

Noturno e Finanças Corporativas I – Diurno, dando ênfase a dados que caracterizam os sujeitos da pesquisa (como faixa etária, sexo, renda individual, etc.), seu grau de instrução (curso, semestre, etc.), assim como de seus familiares (para que se entenda se os bons ou maus hábitos na administração das finanças têm relação com a forma de gestão de seus responsáveis) e que permitam colher dados específicos a respeito do tema (se possuem dívidas, cartões de crédito, etc.).

Na segunda fase, ao analisar os resultados da pesquisa aplicada no ano anterior, foi verificada a existência de alguns vieses como o mau aproveitamento de determinadas questões. Por exemplo, uma questão que poderia ser destinada a todos os respondentes, independente ou não de possuírem dívidas, estava sendo aplicada apenas aos alunos que realizavam investimentos. Dessa forma, os questionários foram reformulados com o objetivo de obter mais informações e mais uma vez disponibilizados, do dia 1º de maio de 2017 a 10 de maio de 2017, em páginas do Facebook de cursos específicos, como Atuária e Administração, assim como no grupo anteriormente citado, o qual abrange todos os alunos de todos os cursos da FEAAC, e aplicados fisicamente em turmas dos cursos de Secretariado e Atuária, no período da noite, e Contabilidade e Economia, no período da manhã. Para os primeiros cursos, os principais entrevistados foram alunos dos primeiros semestres e os demais cursos apresentaram maior participação dos concludentes.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta as estatísticas descritivas simples do presente trabalho, através da identificação dos sujeitos da pesquisa, do local e dos instrumentos de coleta de dados, assim como a análise das respostas válidas para atingir os objetivos gerais e específicos da pesquisa. Dessa forma, abordará, primeiramente, apenas os dados das respostas dos alunos às perguntas do questionário e, na seguinte subseção, serão apresentados resultados através do confronto de informações obtidas na aplicação dos questionários.

5.1 Estatística Descritiva Simples

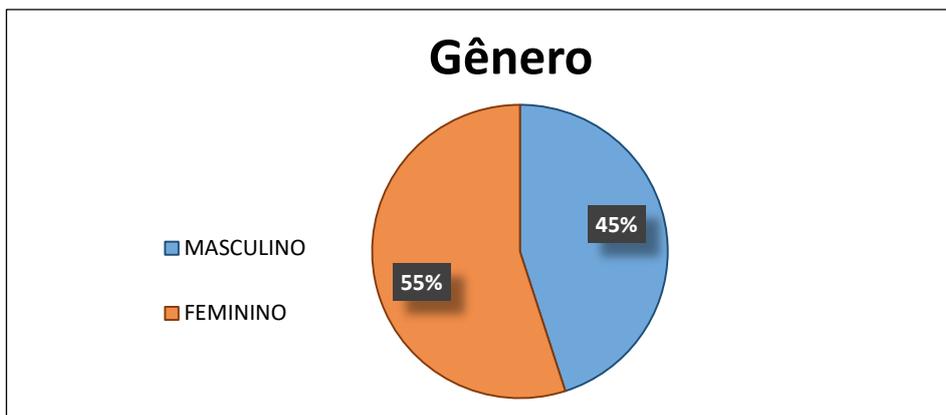
A presente pesquisa foi realizada com os alunos da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado, campus da Universidade Federal do Ceará, localizado na cidade de Fortaleza, e apresentou como amostra inicial 178 respostas para um questionário disponibilizado virtualmente em uma página de uma rede social da instituição e posterior aplicação presencial nas unidades frequentadas pelo público alvo. Entretanto, tendo em vista que 7 respondentes não se enquadravam no perfil solicitado, já que não eram estudantes da referida instituição, apenas 171 respostas foram validadas. Portanto, serão considerados para fins de análise apenas os dados desses participantes.

O questionário utilizado como instrumento para a coleta de dados esteve disponibilizado nas redes sociais do dia 9 de Agosto de 2016 ao dia 9 de Setembro de 2016. Entretanto, foram identificados alguns vieses durante a análise de dados, como dito anteriormente, a qual demonstrava que informações importantes estavam sendo desconsideradas. Dessa forma, um novo questionário foi realizado e disponibilizado novamente, do dia 1º de Maio de 2017 ao dia 10 de Maio de 2017, na mesma página virtual da instituição e em grupos específicos, voltados para a interação entre os alunos de determinados cursos da FEAAC. Além disso, utilizou-se questionários físicos, os quais foram aplicados de maneira presencial, principalmente, com estudantes dos cursos que apresentaram pouca participação.

Assim, de acordo com os resultados, pode-se inferir que houve maior participação do público feminino, tendo em vista que, conforme demonstrado no Gráfico 01, 94 respondentes são do sexo feminino e 77 são do sexo masculino. De modo semelhante, pode-se constatar que a maioria dos respondentes são jovens com idade entre 21 e 30 anos, os quais representam 65% dos entrevistados, ou seja, 112 alunos, seguido por alunos com idade até 20

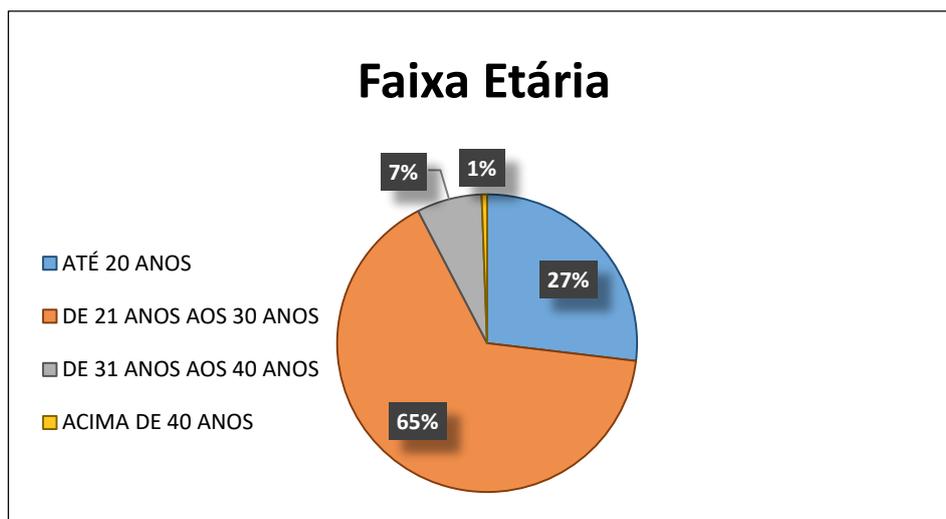
anos, que representam um número de 46 respondentes, seguido por 12 estudantes com idade entre 31 e 40 anos e, por fim, apenas 1 aluno tem idade acima de 40 anos, conforme demonstrado no Gráfico 02.

Gráfico 01 – Porcentagem de respondentes quanto ao gênero



Fonte: Elaborado pela autora.

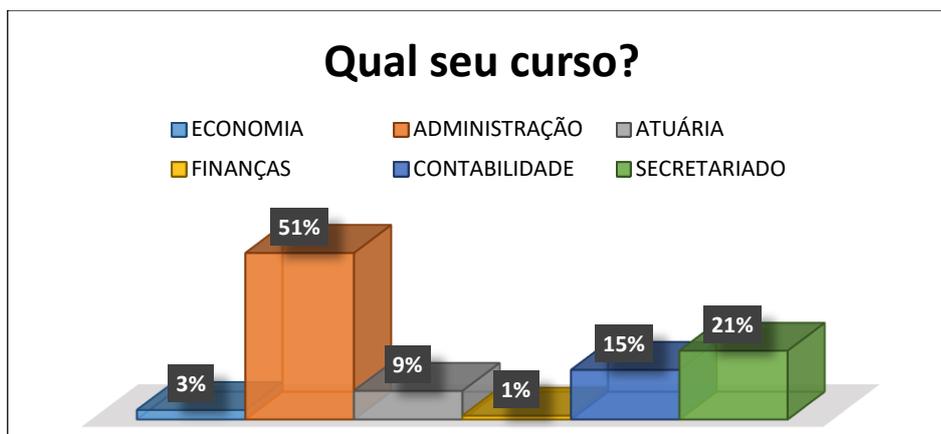
Gráfico 02 – Porcentagem de respondentes quanto à faixa etária



Fonte: Elaborado pela autora.

Como dito anteriormente, a FEAAC é formada por estudantes dos cursos Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Secretariado e Finanças, os quais demonstraram significativa participação, em sua maioria. Dessa forma, dentre os respondentes, 87 são do curso de Administração, 36 são do curso de Secretariado, 26 são do curso de Contabilidade, 15 são do curso de Atuária, 5 são do curso de Economia e apenas 2 são do curso de Finanças, conforme demonstrado no Gráfico 03.

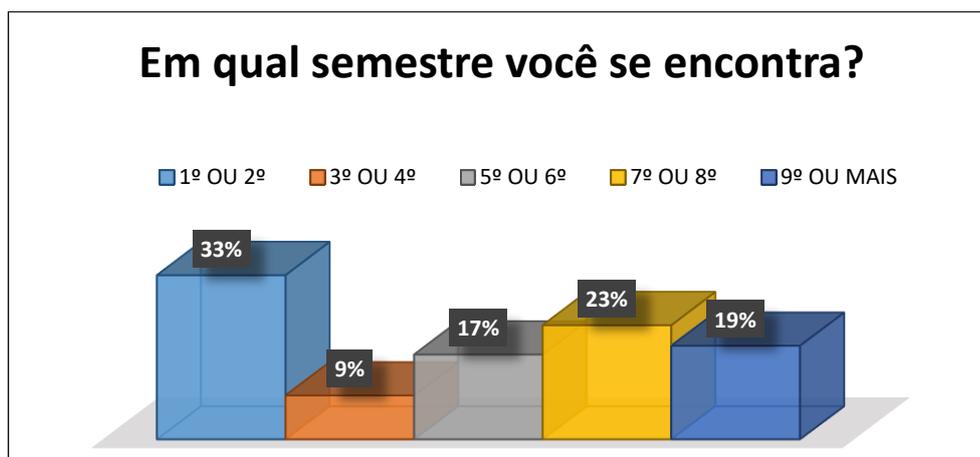
Gráfico 03 – Porcentagem de respondentes quando ao curso



Fonte: Elaborado pela autora.

Para relacionar o conteúdo aprendido com os métodos de gestão financeira, inicialmente é necessário saber em que semestre os respondentes estão inseridos para que seja possível avaliar o grau de conhecimento já assimilado a respeito do tema. Pois, pode-se inferir que, quanto mais avançado o semestre, maior carga de conhecimento e, possivelmente, menos dívidas. Dessa forma, a pesquisa teve participação de 56 alunos que estão cursando 1º ou 2º semestre, 39 alunos que estão cursando 7º ou 8º semestre, 32 alunos que estão no 9º semestre ou além, 29 alunos que estão cursando 5º ou 6º semestre e 15 alunos que estão no 3º ou 4º semestre, conforme consta no Gráfico 04.

Gráfico 04 – Porcentagem de respondentes quanto ao semestre em curso

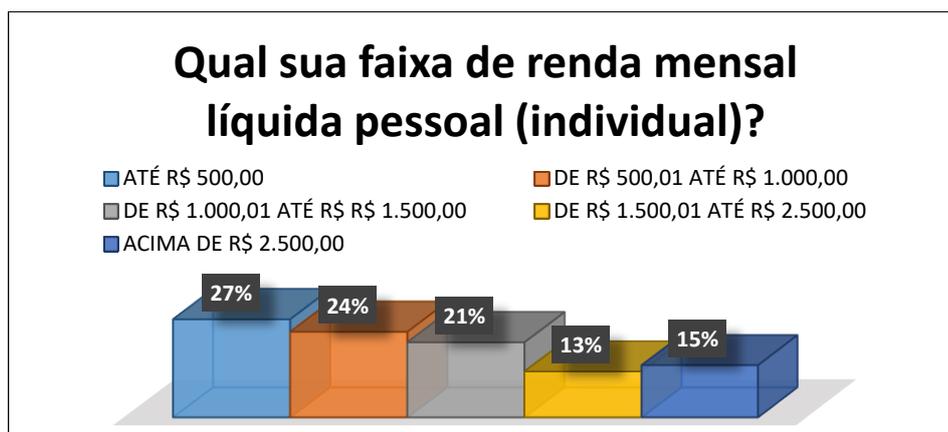


Fonte: Elaborado pela autora.

A administração eficiente dos recursos financeiros e os investimentos em poupança podem ser realizados independentemente do tamanho da renda individual ou familiar. Dessa forma, achou-se necessário questionar o valor da remuneração dos alunos, assim como das pessoas com as quais eles residem e a principal fonte desse dinheiro para posterior confronto

com a forma que esse está sendo gerido e suas aplicações. Assim, 47 respondentes afirmaram que ganham até R\$ 500,00, 41 respondentes afirmaram que ganham de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00, 36 afirmaram que ganham de R\$ 1.000,01 até R\$ 1.500,00, 22 afirmaram que ganham de R\$ 1.500,01 até R\$ 2.500,00 e 25 afirmaram que ganham acima de R\$ 2.500, conforme demonstrado no Gráfico 05.

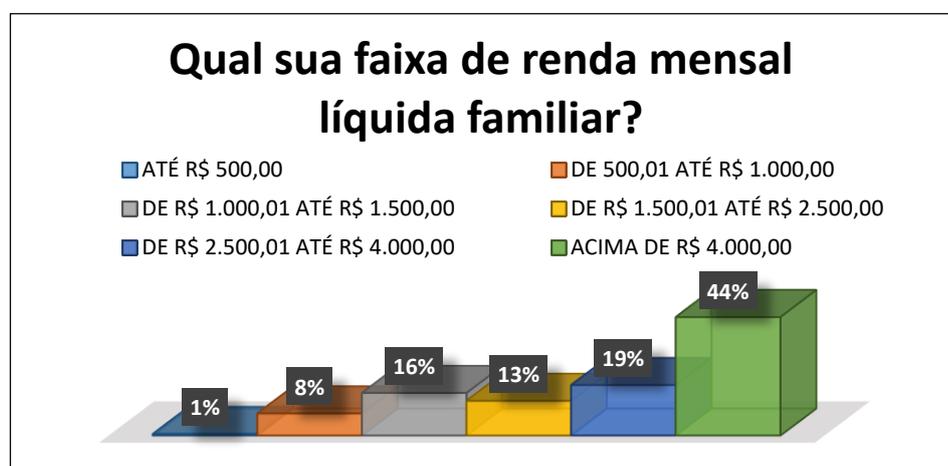
Gráfico 05 – Faixa de renda mensal líquida pessoal dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

De modo semelhante, quando questionados sobre o somatório das rendas das pessoas com as quais os respondentes residem, 75 afirmam ser acima R\$ 4.000,00, 32 afirmam ser de R\$ 2.500,01 até R\$ 4.000,00, 27 afirmam ser de R\$ 1.000,01 até R\$ 1.500,00, 22 afirmam ser de R\$ 1.500,01 até R\$ 2.500,00, 14 afirmam ser de 500,01 até R\$ 1.000,00 e apenas 1 afirma ser até R\$ 500,00, conforme demonstrado no Gráfico 06.

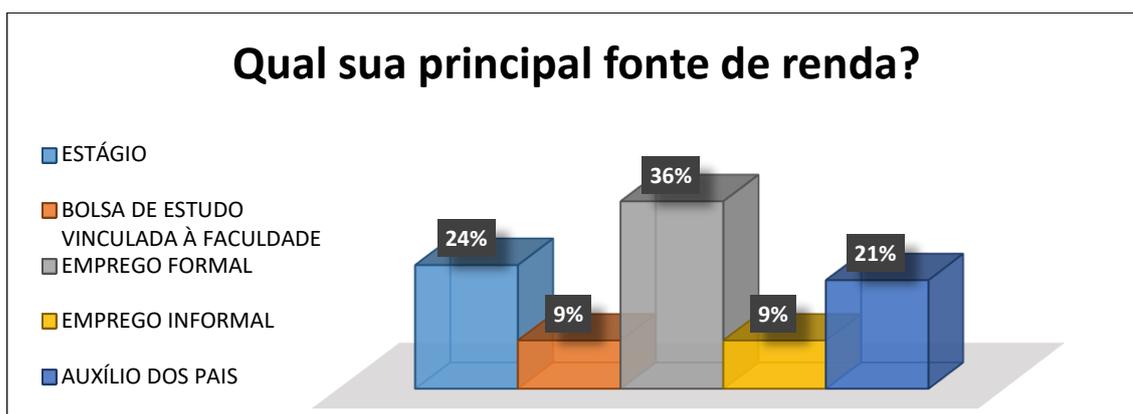
Gráfico 06 – Faixa de renda mensal líquida familiar dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à fonte de renda, 62 respondentes afirmaram que o principal montante advém de emprego formal, 41 afirmaram ser decorrente de estágio, 36 afirmaram possuir auxílio dos pais, 16 afirmaram vir de emprego informal e outros 16 afirmaram possuir bolsa de estudos vinculada à faculdade, conforme demonstrado no Gráfico 07.

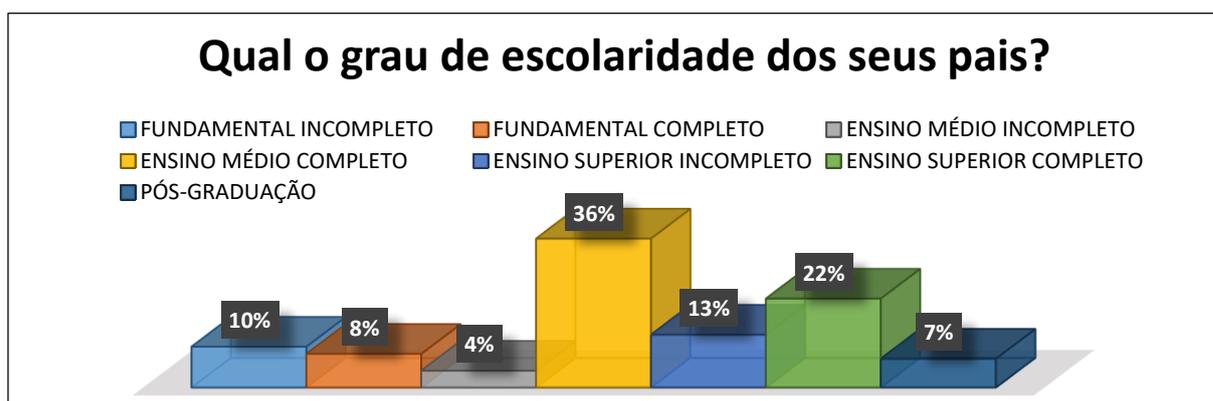
Gráfico 07 – Principal fonte de renda dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Muitas pessoas herdaram de seus pais a maneira como administram seus recursos financeiros e, até mesmo, seus hábitos de consumo. Imagina-se que o natural é que quanto mais especializado o indivíduo for e mais conhecimentos ele obtiver, melhor será o aproveitamento do dinheiro. Dessa forma, achou-se importante questionar o grau de escolaridade dos pais dos respondentes. Os resultados demonstram que 62 dos respondentes afirmam que seus pais possuem ensino médio completo, 37 possuem ensino superior completo, 22 possuem ensino superior incompleto, 17 possuem ensino fundamental incompleto, 14 possuem ensino fundamental completo, 12 possuem pós-graduação e 7 possuem ensino médio incompleto, conforme mostra o Gráfico 08.

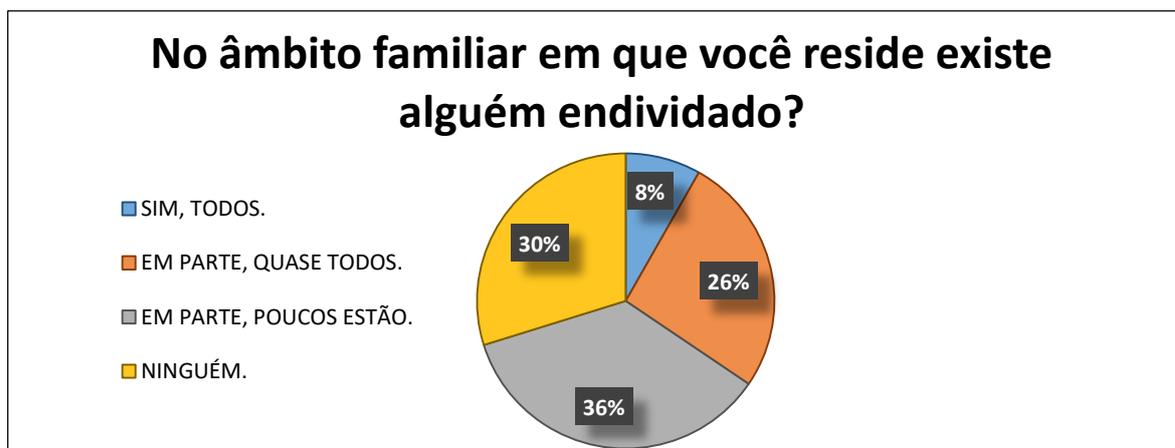
Gráfico 08 – Grau de escolaridade dos pais dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Visando atestar o que foi dito anteriormente, foi questionado se há alguém endividado no âmbito familiar em que os respondentes residem, com o objetivo de relacionar posteriormente o grau de escolaridade dos pais, seus conhecimentos em relação à administração do dinheiro e a possível herança da má administração. Assim, 61 afirmaram que poucos estão, 51 afirmaram que não há ninguém endividado, 45 afirmaram que quase todos estão e 14 afirmaram que todos possuem dívidas, conforme demonstrado no Gráfico 09.

Gráfico 09 – Porcentagem de endividados no âmbito familiar dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dessas informações, foi elaborada uma pergunta, cuja resposta não era obrigatória, com o objetivo de saber o real interesse dos alunos pela educação financeira. Dessa forma, quando questionados se deveria existir uma disciplina ofertada pela Universidade abordando a gestão eficiente dos recursos financeiros pessoais, 84 alunos concordaram totalmente, 43 apenas concordaram, 12 disseram ser indiferentes, 6 discordaram e 2 discordaram totalmente conforme demonstra o Gráfico 10.

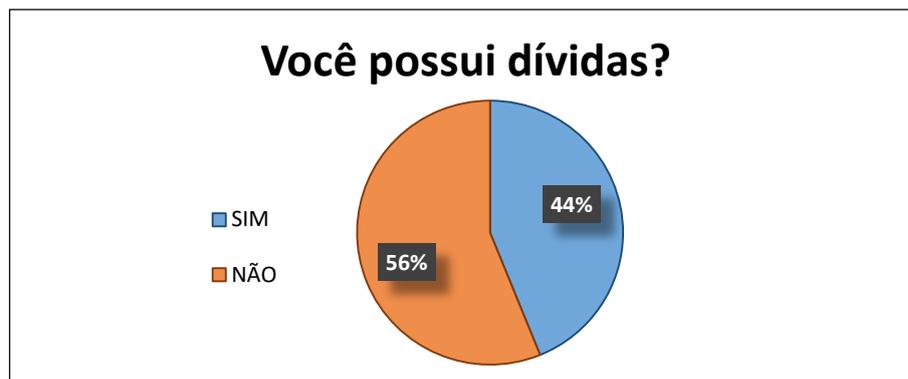
Gráfico 10 – Opinião dos respondentes sobre a oferta de uma disciplina de educação financeira



Fonte: Elaborado pela autora.

Visando compreender o perfil financeiro dos alunos, questionou-se a existência de dívidas. Para essa pergunta, dos 171 respondentes válidos, 75 afirmaram possuir dívidas, enquanto 96 afirmaram não possuir, conforme demonstrado no Gráfico 11.

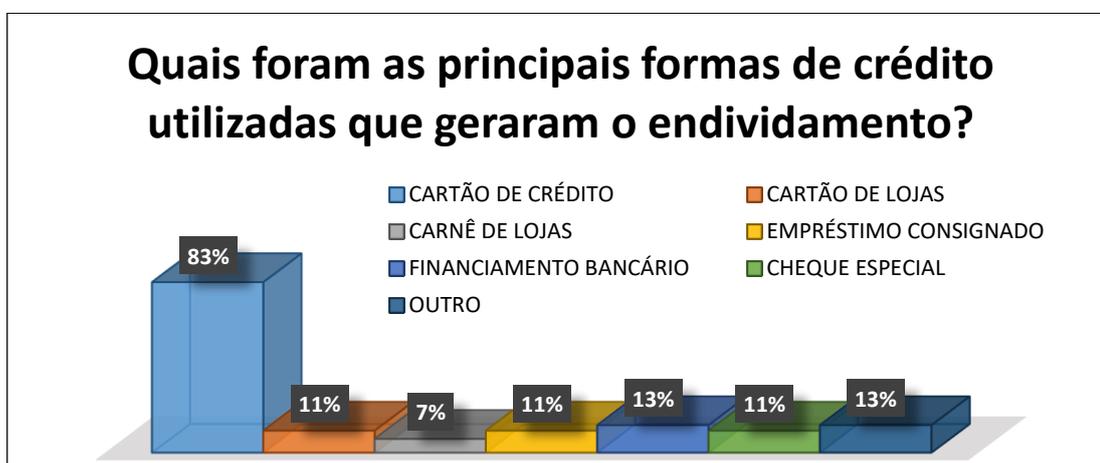
Gráfico 11 – Porcentagem de respondentes endividados



Fonte: Elaborado pela autora.

Sabe-se que existem diversos tipos de dívidas e que a natureza dessas definem se o indivíduo ou família está endividado. Dessa forma, buscou-se analisar o grau de endividamento dos respondentes que afirmaram possuir dívidas, o período de comprometimento de seus recursos, assim como o valor. Isto posto, quando questionados sobre as principais formas de crédito que geraram o endividamento, podendo marcar mais de uma opção, 62 alunos apontaram o cartão de crédito, 10 indicaram financiamento bancário, 8 marcaram cartão de loja, 8 apontaram empréstimo consignado, 8 indicaram cheque especial, 5 marcaram carnê de lojas e 10 assinalaram outros, como gasto com telefonia, faculdade, licença saúde, empréstimos a amigos e familiares e compras a crédito, conforme demonstra o Gráfico 12.

Gráfico 12 – Principais formas de crédito utilizadas pelos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao prazo de pagamento de suas dívidas, 41 afirmaram que essas estariam quitadas no prazo máximo de 6 meses, 18 afirmaram que a quitação ocorreria no período entre 6 e 12 meses e 16 afirmaram que levariam mais de 12 meses para pagar suas dívidas, conforme mostrado no Gráfico 13.

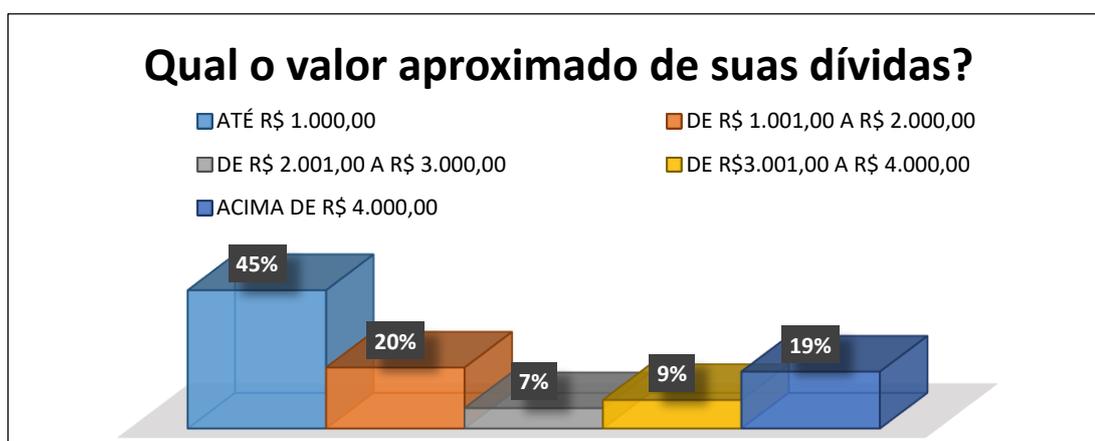
Gráfico 13 – Prazo de comprometimento com as dívidas dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere a valor, dentre os respondentes que afirmaram possuir dívidas, 34 possuem dívidas que somam até R\$ 1.000,00, 15 possuem dívidas num total entre R\$ 1.001,00 e R\$ 2.000,00, 14 possuem dívidas acima de R\$ 4.000,00, 7 possuem dívidas num total entre R\$3.001,00 e R\$ 4.000,00 e 5 possuem dívidas que num total que varia de R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00, conforme apresenta o Gráfico 14.

Gráfico 14 – Valor aproximado das dívidas dos respondentes

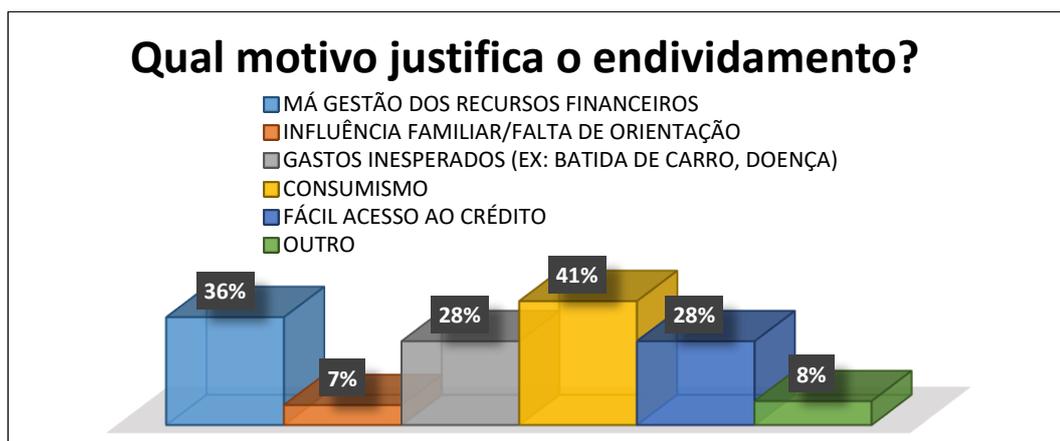


Fonte: Elaborado pela autora.

Buscando entender o que motivou o endividamento, questionou-se o que justifica as dívidas dos respondentes, sendo possível escolher mais de uma resposta. Dos 75 alunos que

possuem dívidas, 31 apontaram o consumismo como principal forma de endividamento, 27 atribuíram à má gestão dos recursos financeiros, 21 atribuíram a gastos inesperados, como batida de carro ou doença, 21 atribuíram ao fácil acesso ao crédito, 5 consideraram a influência familiar ou falta de orientação e 6 apontaram outras justificativas como redução de salário, desemprego e dívidas planejadas, conforme demonstrado no Gráfico 15.

Gráfico 15 – Motivos que justificam o endividamento dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Sabe-se que a gestão eficiente dos recursos financeiros requer planejamento e controle e uma reserva de dinheiro para possíveis eventualidades ou para garantir a renda futura de uma pessoa ou família. A partir disso, achou-se necessário questionar a respeito desses temas para analisar se os alunos possuíam consciência do que de fato se trata a educação financeira e a reserva de recursos para o futuro. Dessa forma, quando questionados sobre planejamento financeiro, dos 171 respondentes, 103 afirmaram que o realizam apenas algumas vezes, 42 realizam sempre e 26 nunca o fazem, conforme demonstra o Gráfico 16.

Gráfico 16 – Frequência de realização de planejamento financeiro dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

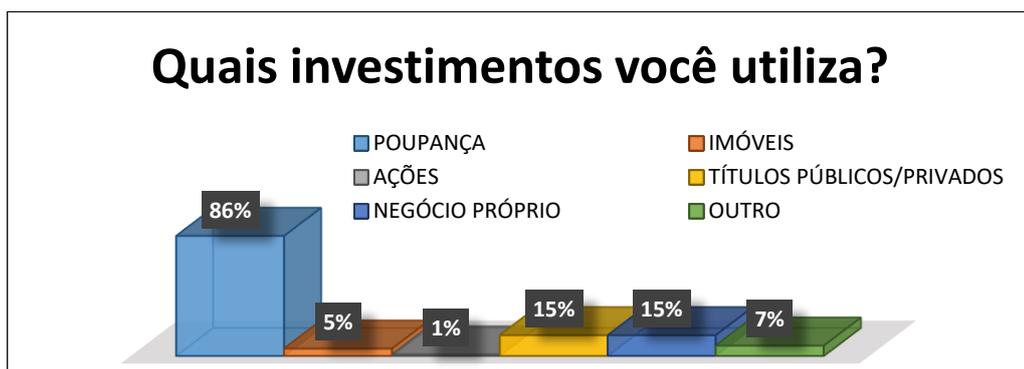
Além disso, quando questionados sobre reservas financeiras, 94 estudantes afirmaram que reservam parte de seu dinheiro para investimentos, enquanto 77 responderam não para essa pergunta, conforme demonstrado no Gráfico 17. Para os que responderam sim à pergunta anterior, questionou-se quais investimentos estes utilizavam. O resultado demonstra que, sendo possível marcar mais de uma opção, 81 respondentes realizam poupança, 14 investem em títulos públicos e/ou privados, 14 investem em negócio próprio, 5 aplicam em imóveis, 1 possui ações e 7 optaram por outros investimentos, como *Trading Digital*, previdência privada ou complementar, fundos de investimento e título de capitalização, conforme demonstrado no Gráfico 18.

Gráfico 17 – Porcentagem dos respondentes que reservam parte de seu dinheiro



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 18 – Tipos de investimentos financeiros realizados pelos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Quando questionados sobre a finalidade de realizar os referidos investimentos, sendo possível marcar mais de uma opção, 50 alunos afirmaram que objetivam ter uma reserva financeira para possíveis imprevistos, 36 o fazem para atingir um montante necessário para a compra de um bem, 32 apenas desejam ampliar seus recursos financeiros, 20 tem como objetivo

atingir independência financeira e 4 têm outros propósitos, como aposentadoria, previdência complementar, sair de casa e pagar viagens e intercâmbio, conforme mostrado no Gráfico 19.

Gráfico 19 – Objetivos de investimento dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

Visando entender o que motivou esses alunos a realizarem investimentos financeiros, achou-se interessante questioná-los a respeito da origem de seus conhecimentos. Sabendo que poderiam optar por mais de uma opção, 47 alunos afirmaram que seus conhecimentos advêm da experiência prática, 38 afirmaram vir da família, 33 afirmaram ser decorrentes da faculdade, 27 absorveram conhecimento de revistas, livros, TV ou rádio e 7 afirmaram utilizar outros recursos, como Internet, conselhos de amigos e materiais específicos sobre investimento, conforme demonstrado no Gráfico 20.

Gráfico 20 – Origem do conhecimento sobre finanças utilizado pelos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora.

5.2 Análise das Respostas

De modo geral, conforme apresentado na seção anterior, os resultados demonstram que a maior parte dos respondentes pertence ao gênero feminino. Quanto a faixa etária, 65% dos alunos possui idade entre 21 e 30 anos e os respondentes que cursam o 1º e o 2º semestres apresentaram maior participação na pesquisa. O curso de Administração foi o mais representativo, o que não significou uma distorção relevante, tendo em vista que a quantidade de alunos desse curso na FEAAC é realmente mais significativa e os meios onde os questionários foram divulgados tem participação mais ativa dos estudantes desse curso.

Em relação à renda pessoal, 27% dos alunos recebem até R\$ 500,00 de renda mensal líquida, o que seria normal, já que esse valor corresponde à média paga aos alunos que possuem bolsa na Universidade ou estágio remunerado. Entretanto, pode ter ocorrido uma distorção, tendo em vista que a maioria dos respondentes possui emprego formal, assim, não podendo receber menos que um salário mínimo. Quanto à renda familiar, 44% dos alunos possuem renda mensal líquida familiar acima de R\$ 4.000,00, o que demonstra que a maioria dos respondentes reside com pessoas, como pais e cônjuge, que geram mais renda, haja vista que o montante de renda da maior parte dos alunos é superior ao salário que recebem.

Quanto a escolaridade dos pais, 36% possuem Ensino Médio completo, o que pode representar que o conhecimento utilizado na gestão do dinheiro é decorrente de vivência, tendo em vista que ainda é pouco significativo o número de escolas de ensino fundamental e médio que possuem em sua grade curricular a educação financeira. Além disso, dentre os estudantes que realizam investimentos financeiros, 50% afirmam que seu conhecimento decorre de experiência prática. Acredita-se que isso ocorre por esses discordarem da maneira que seus pais manuseiam o dinheiro e, como as instituições de ensino ainda não ofertam disciplinas voltadas essencialmente para a educação financeira, as pessoas costumam criar seus próprios métodos para gerir seus recursos.

A partir dessas informações e dos dados obtidos na pesquisa, é possível realizar uma análise voltada para o comportamento de consumo dos estudantes da FEAAC, assim como identificar a relação existente entre esse comportamento, endividamento e consciência de investimento. Em relação ao objetivo geral da pesquisa de analisar o perfil de endividamento dos estudantes da FEAAC, pode-se afirmar que, para os cursos em questão, a porcentagem de alunos endividados, considerando a amostra, para a maioria dos cursos é aceitável, pois não representa maioria, mas os percentuais ainda são altos, conforme demonstra a Tabela 02.

Tabela 02 – Porcentagem de alunos endividados de acordo com o curso

CURSO	VOCÊ POSSUI DÍVIDAS?				
	NÃO	PERCENTUAL	SIM	PERCENTUAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO	42	48%	45	52%	87
ATUÁRIA	8	53%	7	47%	15
CONTABILIDADE	17	65%	9	35%	26
ECONOMIA	1	20%	4	80%	5
FINANÇAS	1	50%	1	50%	2
SECRETARIADO	27	75%	9	25%	36
TOTAL	96	-	75	-	171

Fonte: Elaborado pela autora.

NOTA: O percentual originou-se da Análise Horizontal.

Conforme os dados contidos na Tabela 02, o curso que apresentou maior porcentagem de alunos endividados foi a Economia, no qual, para uma amostra de 5 estudantes, 4 possuíam dívidas, o que representa 80% da amostra. A amostra do curso de Administração apresentou 52% de estudantes endividados, seguida pelas amostras dos cursos de Finanças (50%), Atuária (47%), Contabilidade (35%) e Secretariado (25%). Para cursos que, de alguma forma, são voltados para o manuseio do dinheiro e com disciplinas direcionadas à gestão do fluxo de dinheiro nas empresas, os percentuais encontrados não foram satisfatórios.

Além disso, o coerente seria que os alunos que cursam o 1º e o 2º semestres fossem mais endividados por possuírem menos conhecimentos acumulados sobre o gerenciamento de recursos financeiros. Entretanto, o que foi constatado é que, nesses semestres o número de alunos que possuem dívidas é consideravelmente menor, conforme demonstrado na Tabela 03. Entretanto, vale ressaltar que, talvez, isso não seja decorrente de ausência conhecimento ou de conhecimento acumulado, mas sim fruto da dependência dos pais, tendo em vista que a maioria dos alunos que cursam esses semestres, ainda residem com familiares e, geralmente, ainda não possuem renda própria.

Tabela 03 – Porcentagem de alunos endividados de acordo com o semestre

SEMESTRE	VOCÊ POSSUI DÍVIDAS?				
	NÃO	PERCENTUAL	SIM	PERCENTUAL	TOTAL
1º OU 2º	37	66%	19	34%	56
3º OU 4º	6	40%	9	60%	15
5º OU 6º	17	59%	12	41%	29
7º OU 8º	17	44%	22	56%	39
9º OU MAIS	19	59%	13	41%	32
TOTAL	96	-	75	-	171

Fonte: Elaborada pela autora.

NOTA: O percentual originou-se da Análise Horizontal.

Esses dados respondem ao objetivo específico de analisar se os conhecimentos financeiros adquiridos na Universidade são aplicados na prática. Acredita-se que a aplicação dos conhecimentos sobre gestão financeira adquiridos na Universidade ainda não é suficiente, mas ainda é maioria os alunos que o fazem, tendo em vista que apenas aqueles que cursam o 3º ou 4º semestres que demonstraram não estar aplicando de maneira eficiente aquilo que tem sido visto em sala de aula. Isso é comprovado através da Tabela 04, a qual demonstra, dentre os respondentes que possuem dívidas, que a porcentagem de alunos que nunca realiza planejamento financeiro é mais significativa para os mesmos semestres.

Tabela 04 – Porcentagem de alunos que nunca realizam planejamento financeiro

VOCÊ JÁ FEZ ALGUM TIPO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO?					
SEMESTRE	SEMPRE	ALGUMAS VEZES	NUNCA	PERCENTUAL	TOTAL
1º OU 2º	6	10	3	16%	19
3º OU 4º	1	6	2	22%	9
5º OU 6º	4	7	1	8%	12
7º OU 8º	5	14	3	14%	22
9º OU MAIS	2	9	2	15%	13
TOTAL	17	46	11		75

Fonte: Elaborado pela autora.

NOTA: O percentual originou-se da Análise Horizontal.

É possível notar que a maioria dos jovens conhece os fundamentos básicos da gestão eficiente dos recursos financeiros e tem consciência de sua utilização e, por isso, buscam realizar compras que sejam parceladas e quitadas em até 6 meses, conforme demonstrado na Tabela 05.

Tabela 05 – Prazo de comprometimento das dívidas dos respondentes

PRAZO DE COMPROMETIMENTO COM AS DÍVIDAS				
FAIXA ETÁRIA	ATÉ 6 MESES	ENTRE 6 E 12 MESES	MAIS DE 12 MESES	TOTAL
ATÉ 20 ANOS	5	1	2	8
DE 21 ANOS A 30 ANOS	31	15	10	56
DE 31 ANOS A 40 ANOS	4	2	4	10
ACIMA DE 40 ANOS	1	0	0	1
TOTAL	41	18	16	75

Fonte: Elaborado pela autora.

Além disso, sabe-se que a maioria dos respondentes possui renda individual igual ou inferior a R\$ 500,00, o que traz como consequência a necessidade de possuir dívidas

inferiores a R\$ 1.000,00. Isso também demonstra consciência financeira, pois, pode-se afirmar que, a maioria dos alunos, não se utiliza da renda das pessoas que vivem no mesmo ambiente familiar, os quais possuem renda superior, para adquirir dívidas de valor maior, conforme demonstrado na Tabela 06.

Tabela 06 – Valor aproximado das dívidas dos respondentes

VALOR DAS DÍVIDAS	FAIXA ETÁRIA				TOTAL
	ATÉ 20 ANOS	DE 21 ANOS A 30 ANOS	DE 31 ANOS A 40 ANOS	ACIMA DE 40 ANOS	
ATÉ R\$ 1.000,00	5	26	3	0	34
DE R\$ 1.001,00 A R\$ 2.000,00	0	12	3	0	15
DE R\$ 2.001,00 A R\$ 3.000,00	1	4	0	0	5
DE R\$3.001,00 A R\$ 4.000,00	1	3	2	1	7
ACIMA DE R\$ 4.000,00	1	11	2	0	14
TOTAL	8	56	10	1	75

Fonte: Elaborado pela autora.

Quando se trata da família, pode-se inferir que ela exerce forte influência sobre as dívidas adquiridas pelos alunos. A família é a principal unidade da sociedade responsável por transmitir conhecimentos aos jovens. Quando essa falha, cabe às instituições de ensino ensinar ou corrigir a forma como os recursos financeiros são administrados. Entretanto, é perceptível como a herança da má gestão ainda está presente nos ambientes familiares e como ela tem afetado a gestão orçamentária dos jovens. A Tabela 07 mostra o quanto ainda é alto o número de pessoas endividadadas que residem com os respondentes.

Tabela 07 – Pessoas endividadadas no ambiente familiar

FAIXA ETÁRIA	NO ÂMBITO FAMILIAR EM QUE VOCÊ RESIDE EXISTE ALGUÉM ENDIVIDADO?				TOTAL
	SIM, TODOS.	EM PARTE, QUASE TODOS.	EM PARTE, POUCOS ESTÃO.	NINGUÉM.	
ATÉ 20 ANOS	1	4	3	0	8
DE 21 ANOS AOS 30 ANOS	9	24	13	10	56
DE 31 ANOS AOS 40 ANOS	3	3	2	2	10
ACIMA DE 40 ANOS	0	0	1	0	1
TOTAL	13	31	19	12	75

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme dito no referencial teórico, o cartão de crédito ainda é a forma de crédito utilizada que mais gera endividamento. Assim, percebe-se que, a facilidade de acesso ao crédito aliada à gestão ineficiente ou à má herança da gestão dos recursos financeiros, tem afetado a

vida não só financeira, como também pessoal dos jovens. Pois, por mais que a maioria dos jovens tenha consciência do uso do dinheiro, ainda existem alunos adquirindo dívidas de longo prazo e acima do que a sua renda é capaz de financiar.

Quanto ao gênero, a pesquisa demonstrou que os homens são mais endividados que as mulheres, conforme exposto na Tabela 08, entretanto, ambos os gêneros apresentam comportamentos semelhantes, pois estão endividados pelo mesmo motivo: consumismo e má gestão dos recursos financeiros, conforme mostrado na Tabela 09.

Tabela 08 – Porcentagem de alunos endividados quanto ao gênero

VOCÊ POSSUI DÍVIDAS?					
GÊNERO	NÃO	PERCENTUAL	SIM	PERCENTUAL	TOTAL
FEMININO	56	60%	38	40%	94
MASCULINO	40	52%	37	48%	77
TOTAL	96		75		171

Fonte: Elaborado pela autora.

NOTA: O percentual originou-se da Análise Horizontal.

Tabela 09 – Motivos que geraram o endividamento dos alunos

QUAL MOTIVO JUSTIFICA O ENDIVIDAMENTO?	SEXO	
	MASCULINO	FEMININO
MÁ GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS	14	13
INFLUÊNCIA FAMILIAR/FALTA DE ORIENTAÇÃO	3	2
GASTOS INESPERADOS (EX: BATIDA DE CARRO, DOENÇA)	8	13
CONSUMISMO	16	15
FÁCIL ACESSO AO CRÉDITO	9	12

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desses dados é possível perceber que, para realizar a administração eficiente dos recursos financeiros, não é necessário que seja bom em cálculo ou que tenha aptidão para lidar com números, antes, é essencial que haja uma mudança de comportamento, tanto em relação às compras quanto em relação à gestão do dinheiro.

É importante notar que outros fatores de relevância que geraram o endividamento das mulheres foi o fácil acesso ao crédito, atestando que, não basta apenas aos bancos desenvolver diversas linhas de crédito, é essencial que eles criem programas que orientem a melhor maneira de utilizar essas linhas. Isso irá gerar vantagens tanto para os clientes, que não ficarão endividados e poderão usar os valores que destinariam ao pagamento de juros para realizar investimentos, quanto para os bancos, que reduziriam consideravelmente o nível de

inadimplência de seus clientes e os fidelizariam através do oferecimento de maneiras diversas de aplicar seus recursos na própria instituição financeira.

Além do fácil acesso ao crédito, os gastos inesperados também foram fatores que contribuíram de maneira significativa para o endividamento das mulheres. O que se pode inferir a partir dessa informação é que falta a essas estudantes a consciência da importância da reserva de dinheiro para esse tipo de eventualidade. Pois, como é mostrado na Tabela 10, as estudantes do sexo feminino, em sua maioria, não possuem o hábito de realizar investimentos.

Tabela 10 – Quantidade de alunos endividados que realizavam investimentos

VOCÊ RESERVA PARTE DO SEU DINHEIRO PARA INVESTIMENTOS?			
GÊNERO	NÃO	SIM	TOTAL
FEMININO	22	16	38
MASCULINO	18	19	37
TOTAL	40	35	75

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda tratando de investimentos, percebeu-se que, quanto mais velhos, mais os alunos possuem consciência da importância de realizar investimentos e reservas financeiras, conforme demonstrado na Tabela 11. Compreender que o país passa por um momento de incerteza quanto à aposentadoria e que as atuais propostas de reformas trabalhistas e previdenciárias podem afetar e, até mesmo, adiar os planos de saída do mercado de trabalho é fundamental para que se reconheça a importância de guardar dinheiro, de maneira que ele renda e possa ser usufruído no futuro. Além disso, depender do governo para que ele sustente a fase improdutiva de um indivíduo, em qualquer circunstância, não é aconselhável.

Tabela 11 – Porcentagem de alunos que realizam investimentos de acordo com a idade

VOCÊ RESERVA PARTE DO SEU DINHEIRO PARA INVESTIMENTOS?					
FAIXA ETÁRIA	NÃO	PERCENTUAL	SIM	PERCENTUAL	TOTAL
ATÉ 20 ANOS	23	50%	23	50%	46
DE 21 ANOS AOS 30 ANOS	50	45%	62	55%	112
DE 31 ANOS AOS 40 ANOS	4	33%	8	67%	12
ACIMA DE 40 ANOS		0%	1	100%	1
TOTAL	77		94		171

Fonte: Elaborado pela autora.

NOTA: O percentual originou-se da Análise Horizontal.

Entretanto, é imprescindível analisar o objetivo dos alunos ao realizar investimentos, pois isso definirá o grau de educação financeira deles e se eles estão investindo

nos recursos corretos para alcançar os objetivos traçados e garantir uma renda futura que os possibilite manter o padrão de vida que têm hoje. Dessa forma, quando questionados sobre os objetivos ao realizar investimentos, com a possibilidade de marcar mais de uma alternativa, os respondentes, em sua maioria, o fazem para ter uma reserva financeira para possíveis imprevistos, conforme demonstrado na Tabela 12.

Tabela 12 – Objetivos de investimento de acordo com a faixa etária

OBJETIVO DE INVESTIMENTO	FAIXA ETÁRIA			
	ATÉ 20 ANOS	DE 21 ANOS A 30 ANOS	DE 31 ANOS A 40 ANOS	ACIMA DE 40 ANOS
ATINGIR UM MONTANTE NECESSÁRIO PARA A COMPRA DE UM BEM	11	21	4	0
TER UMA RESERVA FINANCEIRA PARA POSSÍVEIS IMPREVISTOS	10	38	2	0
AMPLIAR SEUS RECURSOS FINANCEIROS	6	23	2	1
ATINGIR INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA	3	15	2	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados acima possibilitam inferir que os alunos que realizam investimentos têm consciência do real objetivo de reservar esse dinheiro. Entretanto, é questionável se, aqueles que marcaram apenas a opção que informa que desejam atingir um montante necessário para a compra de um bem, possuem entendimento do que seja, por exemplo, uma poupança, pois, ao realizar a compra do bem desejado, muitos não retornam a fazer investimentos.

Também achou-se importante confrontar os dados do semestre que o alunos estão cursando com a quantidade de alunos que estão realizando investimentos. A partir desse confronto é possível analisar se os alunos, à medida que adquirem mais conhecimentos na Universidade, entendem melhor a necessidade de poupar dinheiro e investi-lo em aplicações rentáveis. O resultado é demonstrado na Tabela 13.

Tabela 13 – Porcentagem de alunos que realizam investimento de acordo com o semestre

SEMESTRE	VOCÊ RESERVA PARTE DO SEU DINHEIRO PARA INVESTIMENTOS?				TOTAL
	NÃO	PERCENTUAL	SIM	PERCENTUAL	
1° OU 2°	19	34%	37	66%	56
3° OU 4°	8	53%	7	47%	15
5° OU 6°	15	52%	14	48%	29
7° OU 8°	19	49%	20	51%	39
9° OU MAIS	16	50%	16	50%	32
TOTAL	77		94		171

Fonte: Elaborado pela autora.

NOTA: O percentual originou-se da Análise Horizontal.

O que é percebido através dos dados expostos anteriormente é que as maiores porcentagens de alunos que realizam investimento estão nos semestres iniciais da faculdade e nos semestre finais. Isso implica que, muitos alunos, em suas primeiras experiências com remunerações mensais fixas, que geralmente ocorre quando esses entram no mercado de trabalho como bolsistas ou estagiários, entre o 3º e o 7º semestre, não sabem lidar com essa situação e gastam tudo o que recebem. A falta ou a incorreta orientação, tanto por parte da família quanto por parte das instituições de ensino, leva a má gestão dos recursos financeiros e ao comportamento consumista.

Existe uma grande quantidade de possibilidades de aplicações financeiras que podem ser utilizadas de acordo com o objetivo futuro estipulado e com o tempo que o indivíduo pretende deixar o dinheiro render. Iniciar apenas com poupança é bastante inteligente, pois o risco costuma ser menor. Entretanto, é necessário buscar cada vez mais conhecimentos sobre as diversas oportunidades de investimento para que valores maiores sejam alcançados. A Tabela 14 demonstra os principais tipos de investimento utilizados pelos alunos.

Tabela 14 – Principais tipos de investimento utilizados pelos alunos

INVESTIMENTOS UTILIZADOS	SEMESTRES				
	1º OU 2º	3º OU 4º	5º OU 6º	7º OU 8º	9º OU MAIS
POUPANÇA	30	5	14	16	16
IMÓVEIS	1	0	2	0	2
AÇÕES	0	0	1	0	0
TÍTULOS PÚBLICOS/PRIVADOS	2	2	3	4	3
NEGÓCIO PRÓPRIO	6	2	1	5	0

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela anterior permite inferir que o perfil dos alunos é mais conservador, tendo em vista que o meio de investimento mais utilizado é o mesmo da maioria da população, no caso, a poupança. Entretanto, pode-se dizer que o conhecimento, ainda que limitado, adquirido na Universidade deveria possibilitar o investimento em aplicações mais arriscadas. Entretanto, não é o que se vê. Essa postura mais conservadora leva ao questionamento sobre a origem do conhecimento que alunos utilizam para gerir seus recursos. Para os alunos que realizam investimentos, foi questionado qual a principal fonte de conhecimento para realizar o gerenciamento do dinheiro e o resultado está expresso na Tabela 15.

Tabela 15 – Principal fonte de conhecimento dos alunos que realizam investimentos

FONTE DE CONHECIMENTO	FAIXA ETÁRIA			
	ATÉ 20 ANOS	DE 21 ANOS A 30 ANOS	DE 31 ANOS A 40 ANOS	ACIMA DE 40 ANOS
DA FAMÍLIA	13	23	1	1
DA FACULDADE	4	27	4	4
DE REVISTAS, LIVROS, TV OU RÁDIO	7	17	3	0
DE EXPERIÊNCIA PRÁTICA	11	30	6	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme mostrado na tabela anterior, para os respondentes de maior participação da pesquisa, ou seja, aqueles com idade entre 21 e 30 anos, as principais fontes de conhecimento sobre gestão orçamentária derivam de experiência prática, da faculdade, da família e de revistas, livros, TV ou rádio, respectivamente. Acredita-se que essas respostas justificam o fato dos investimentos serem mais conservadores. As fontes de conhecimento mais seguras sobre investimentos, que são revistas, livros, TV ou rádio, são ignoradas pela maioria dos respondentes. Além disso, fez-se necessário entender, dentre os endividados, quais as fontes de conhecimento utilizadas pelos mesmos. O resultado está expresso na Tabela 16.

Tabela 16 – Principal fonte de conhecimento dos alunos endividados que realizam investimentos

FONTE DE CONHECIMENTO	FAIXA ETÁRIA			
	ATÉ 20 ANOS	DE 21 ANOS A 30 ANOS	DE 31 ANOS A 40 ANOS	ACIMA DE 40 ANOS
DA FAMÍLIA	0	8	0	1
DA FACULDADE	2	9	1	0
DE REVISTAS, LIVROS, TV OU RÁDIO	1	6	2	0
DE EXPERIÊNCIA PRÁTICA	0	13	5	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme dito no referencial teórico, as pessoas que realizam a gestão de seus recursos financeiros baseado apenas na experiência prática, muitas vezes sem planejamento ou com planejamento inadequado, a tendência é tornarem-se inadimplentes. Além disso, a faculdade ser a segunda forma mais influenciadora do conhecimento desses jovens que possuem dívidas demonstra que a instituição pode auxiliar, através das suas disciplinas, incentivando a realização de investimentos. Mas, sem uma disciplina voltada exclusivamente para a educação financeira, o quadro de endividamento entre os jovens permanecerá. Por fim, a influência da família para a aquisição de dívidas é extremamente relevante, pois, se não há conhecimento suficiente por parte dos pais, há uma grande possibilidade da má gestão ser herdada pelos filhos.

Uma pesquisa realizada pela FecomercioSP em 2016 demonstrou que a capacidade de honrar as dívidas era menor para aqueles que possuem renda mais baixa, contrariando o senso comum de quanto maior a renda, maior o endividamento. Entretanto, a pesquisa com alunos demonstrou o contrário, pois as maiores porcentagens de alunos endividados são de pessoas com renda acima de R\$ 1.500,00, conforme demonstrado na Tabela 17.

Tabela 17 – Pessoas endividadas de acordo com a renda pessoal

RENDA MENSAL PESSOAL	VOCÊ POSSUI DÍVIDAS?				TOTAL
	NÃO	PERCENTUAL	SIM	PERCENTUAL	
ATÉ R\$ 500,00	39	83%	8	17%	47
DE R\$ 500,01 ATÉ R\$ 1.000,00	23	56%	18	44%	41
DE R\$ 1.000,01 ATÉ R\$ R\$ 1.500,00	19	53%	17	47%	36
DE R\$ 1.500,01 ATÉ R\$ 2.500,00	6	27%	16	73%	22
ACIMA DE R\$ 2.500,00	9	36%	16	64%	25
TOTAL	96		75		171

Fonte: Elaborado pela autora.

NOTA: O percentual originou-se da Análise Horizontal.

De acordo com Cerbasi (2003), as pessoas precisam dissociar a ideia de riqueza de alta renda, pois o que vai garantir a riqueza futura não está condicionado ao quanto se ganha, mas ao quanto se gasta ou o que será feito com o montante ganho. Dessa forma, não é surpresa perceber que o resultado repete-se quando analisado em relação à faixa de renda líquida mensal familiar. A maior quantidade de pessoas endividadas no âmbito familiar dos respondentes está relacionada com maiores rendas, conforme demonstrado na Tabela 18. Assim, é importante ressaltar que o nível de educação financeira não está relacionado à renda de uma pessoa ou da unidade familiar.

Tabela 18 – Pessoas endividadas no âmbito familiar dos respondentes de acordo com a renda

RENDA MENSAL FAMILIAR	NO ÂMBITO FAMILIAR EM QUE VOCÊ RESIDE EXISTE ALGUÉM ENDIVIDADO?		
	EM PARTE, POUCOS ESTÃO.	EM PARTE, QUASE TODOS.	SIM, TODOS.
ATÉ R\$ 500,00	0	1	0
DE 500,01 ATÉ R\$ 1.000,00	6	5	0
DE R\$ 1.000,01 ATÉ R\$ 1.500,00	10	8	1
DE R\$ 1.500,01 ATÉ R\$ 2.500,00	5	9	2
DE R\$ 2.500,01 ATÉ R\$ 4.000,00	14	7	3
ACIMA DE R\$ 4.000,00	26	15	8

Fonte: Elaborado pela autora.

Finalmente, ao final do questionário havia uma pergunta, cuja resposta era optativa, questionando aos alunos se eles concordavam que deveria existir uma disciplina ofertada pela Universidade, abordando a gestão eficiente dos recursos financeiros pessoais. Constatou-se que, para todos os cursos, os alunos demonstraram interesse na oferta de uma disciplina voltada essencialmente para a educação financeira, conforme demonstrado na Tabela 19.

Tabela 19 – Interesse dos alunos por uma disciplina voltada para educação financeira

VOCÊ CONCORDA QUE DEVERIA EXISTIR UMA DISCIPLINA OFERTADA PELA UNIVERSIDADE ABORDANDO A GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS FINANCEIROS PESSOAIS?						
CURSO	CONCORDO TOTALMENTE	CONCORDO	INDIFERENTE	DISCORDO	DISCORDO TOTALMENTE	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO	49	23	7	6	0	85
ATUÁRIA	7	5	0	0	0	12
CONTABILIDADE	8	5	3	0	1	17
ECONOMIA	2	2	1	0	0	5
FINANÇAS	1	0	0	0	1	2
SECRETARIADO	17	8	1	0	0	26
TOTAL	84	43	12	6	2	147

Fonte: Elaborado pela autora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar o perfil de endividamento dos alunos que cursam Economia, Administração, Atuária, Contabilidade, Secretariado e Finanças na Universidade Federal do Ceará, tendo, portanto, seu objetivo geral realizado com sucesso, haja vista que o perfil identificado foi de alunos que, em sua maioria, não apresentam dívidas e, aqueles que possuem, buscam comprometer seus salários com dívidas que cabem na faixa de renda que ganham e por prazos inferiores a 6 meses. Além disso, a maioria dos alunos costuma realizar investimentos, apesar destes serem bastante conservadores.

O primeiro objetivo específico refere-se a investigar se os conhecimentos financeiros adquiridos na Universidade são aplicados na prática. Para atingir esse objetivo, foi questionado a realização de planejamento financeiro, a fonte de conhecimento utilizada para gerir esses recursos e reserva de dinheiro para investimento, o que permitiu concluir que os conhecimentos adquiridos na Universidade, de fato, estão fornecendo subsídios para que os alunos evitem a aquisição de dívidas através do planejamento financeiro, mas não que desenvolvam corretamente o hábito de poupar. É percebido que a principal fonte de conhecimento dos alunos que estão realizando investimentos não é a faculdade, mas sim a experiência prática e a família.

Esses dados justificam o fato de, mesmo não representando maioria, o percentual de alunos endividados ser tão alto para cursos que necessitam que os estudantes tenham uma noção básica de planejamento financeiro e que constantemente tenha que lidar com números. A maioria dos alunos que possuem reservas financeiras está cursando os primeiros semestres, ou seja, ainda não adquiriram tantos conhecimentos na faculdade. Ainda, aprender apenas através da vivência não é suficiente, pois isso consiste em limitar o conhecimento já que as pessoas adquirem a mentalidade de que se está dando certo, nada precisa ser modificado, quando na realidade, diante de um quadro econômico inconstante e de altos riscos e incertezas, não é possível saber até quando um planejamento eficaz, mas não eficiente será uma alternativa viável.

Além disso, a maioria dos pais dos alunos possui apenas o ensino médio completo. Tendo em vista que o número de escolas que, hoje, já adotaram a educação financeira como disciplina obrigatória e regular é bastante insignificante, pode-se dizer que na época em que os pais desses alunos concluíram o ensino médio, a administração das finanças pessoais era quase nula, o que permite afirmar que esses também gerenciam seus recursos através da vivência e necessitam aprofundar seus conhecimentos sobre o tema para transmitir aos seus filhos.

O segundo objetivo específico refere-se a demonstrar as consequências na vida pessoal de jovens que não foram orientados corretamente em relação ao uso dos recursos financeiros, o qual foi alcançado ao demonstrar o quanto pode ser preocupante pensar em aposentadoria para aqueles que não realizam investimentos. O valor advindo do INSS tem se tornado insuficiente para manter o padrão de vida que as pessoas possuíam antes de sair do mercado de trabalho, tendo em vista que ele não tem acompanhado nem mesmo o aumento do preço de bens de consumo. A realização de uma aposentadoria complementar ou o investimento em modalidades de investimento que sejam rentáveis o mais cedo possível, garante uma aposentadoria mais estável e impede um indivíduo de voltar ao mercado de trabalho contra sua vontade.

O problema encontrado é que, para realizar investimentos que sejam rentáveis o bastante para sustentar uma pessoa ou uma família de maneira perpétua, é necessário um estudo das diversas modalidades de investimento, conhecendo seus riscos, vantagens, desvantagens e incidências de impostos. Esse estudo deve ser feito por meio de livros, revistas, jornais ou simplesmente assistindo aos noticiários de TV ou os ouvindo nos rádios. Entretanto, essas são as formas que os jovens menos utilizam para buscar conhecimento, confiando apenas naquilo que é conhecido através da vivência, da família ou na faculdade. O resultado é que quanto maior a renda, mais endividados são os estudantes e seus familiares.

O terceiro e último objetivo específico refere-se a evidenciar os efeitos do endividamento no planejamento familiar, o qual foi atingido demonstrando que, muitas vezes, as dívidas impedem que os recursos financeiros de uma família sejam aplicados em fatores que trarão algum retorno ou acrescentarão à qualidade de vida da família, como a ampliação dos recursos financeiros através de investimentos que futuramente tornar-se-ão a renda do indivíduo ou da família para sempre. Aqueles que não o fazem, correm sérios riscos de ter que retornar ao mercado de trabalho contra a vontade e, ainda, enfrentando as atuais questões do mercado de trabalho, ou ter que lidar com orçamentos que as despesas superam as receitas.

Mesmo com resultados tão positivos, algumas limitações foram encontradas na pesquisa, as quais não impediram seu sucesso, mas transpô-las implicaria em melhor aproveitamento dos dados. Dessa forma, algumas das limitações que podem ser citadas são: a quantidade de alunos entrevistados foi baixa se considerarmos a quantidade absoluta de alunos matriculados nos cursos analisados; os resultados apresentaram um número quase insignificante de alunos dos cursos de Economia e Finanças, o que pode ter sugerido resultados que não são reais se analisados com uma parcela mais significativa dos alunos desses cursos; e o tempo e o período em que o questionário esteve disponibilizado não favoreceu à quantidade de

respondentes, pois o questionário esteve disponível apenas por 30 dias, dentre os quais 16 dias era período de férias e, posteriormente, apenas por uma semana.

Portanto, o que pode ser sugerido a quem, porventura, queira dar continuidade a essa pesquisa é realizar previamente uma pesquisa com as coordenações dos cursos para verificar a quantidade de alunos efetivamente matriculados e realizar uma análise vertical que permita delimitar a quantidade de alunos que devem responder aos questionários para que os resultados aproximem-se mais da realidade. Além disso, realizar a maior parte dos questionários de maneira presencial, pois isso permite sanar dúvidas que possam existir quanto às perguntas, extrair mais informações dos respondentes e abranger alunos de semestres mais diversificados; e readequar algumas perguntas do questionário de forma a gerar mais informações, já que, por exemplo, a pergunta relacionada a fonte de conhecimento dos estudantes foi realizada apenas para aqueles que realizavam investimentos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília: BCB, 2013. 72 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2016. **FAQ. Disponível em:** <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/servicos6.asp#4>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da Pesquisa: Monografia, Dissertação, Tese**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Previdência Social. Patrocinador/Participante e Assistido. 2016. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/patrocinador/>>. Acesso em: 12 jul. 2017

CERBASI, Gustavo. **Dinheiro: os segredos de quem tem – como conquistar e manter sua independência financeira**. 9. ed. São Paulo: Editora Gente, 2003. 161 p.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. **Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos**. In: *Seminários em Administração – Empreendedorismo e Inovação*, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: XII SemeAd FEA-USP, 2009. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>>. Acesso em: 09 abril 2017

D'AQUINO, Cássia; MALDONADO, Maria Tereza. **Educar para o consumo: como lidar com os desejos de crianças e adolescentes**. São Paulo: Papirus 7 Mares, 2012.

D'URSO, Maria Lúcia. **Endividamento atinge população jovem do Brasil**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=2575>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

EM MARÇO, 8,7% das famílias paulistanas afirmam que não terão condições de pagar as contas no próximo mês. *FecomercioSP*, São Paulo, 12 abril 2017. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/noticia/em-marco-8-7-das-familias-paulistanas-afirmam-que-nao-terao-condicoes-de-pagar-as-contas-no-proximo-mes>>. Acesso em: 03 junho 2017.

FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos; MONTEIRO, Danilo Lima; SANTOS, Wagner Rodrigues dos. **Finanças Pessoais: um estudo dos seus princípios básicos com alunos da Universidade de Brasília**. **CAP Accounting and Management**. Brasília, v. 6, n. 6, p. 9-27, 2012. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/CAP/article/view/1415>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

FERREIRA, Roberto G. **Matemática financeira aplicada: mercado de capitais, administração financeira, finanças pessoais**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 327 p.

FUNDAÇÃO PROCON. **Orientações de Consumo: perguntas frequentes – assuntos financeiros – cartão de crédito.** São Paulo. Disponível em: <<http://www.procon.sp.gov.br/texto.asp?id=447>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira.** 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 144 p.

KERN, Denise Teresinha Brandão. **Uma reflexão sobre a importância de inclusão de educação financeira na Escola Pública.** 2009. 199 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Ciências Exatas) – Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2009.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; MARINHO, Reinele Alves de Lima. Competências financeiras: uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais. *In: Seminários em Administração*, 16., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo: XVI SemeAd FEA-USP, 2013. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=696>. Acesso em: 09 abril 2017.

MANFREDINI, Andreza Maria Neves. **Pais e Filhos: um estudo da educação financeira em famílias na fase de aquisição.** 2007. 65 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARQUES, Érico Veras; CORREIA NETO, Jocildo Figueiredo. **Gestão financeira familiar: como as empresas fazem.** Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2016.

MASSARO, André. **Como cuidar de suas finanças pessoais.** Brasília, DF: Conselho Federal de Administração, 2015. 59 p.

PEREIRA, Glória Maria Garcia. **A energia do dinheiro: como fazer dinheiro e desfrutar dele.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

PROPORÇÃO de famílias endividadadas cai para 58% em 2016, aponta Radiografia do Crédito e do Endividamento das Famílias Brasileiras. **FecomercioSP**, São Paulo, 17 outubro 2016. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/noticia/proporcao-de-familias-endividadadas-cai-para-58-em-2016-aponta-radiografia-do-credito-e-do-endividamento-das-familias-brasileiras>>. Acesso em: 03 junho 2017.

SANVICENTE, Antonio Zoratto. **Administração Financeira.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SAVOIA, José R. F.; SAITO, André T.; SANTANA, Flávia A. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 41, fasc. 6, p. 1121-1141, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n6/06.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

SERASA EXPERIAN. **Estudo inédito da Serasa Experian traça o Mapa da Inadimplência no Brasil em 2014.** Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/estudo-inadimplencia/>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

SOBRAL, Felipe; PECI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

STANLEY, Thomas J.; DANKO, Wiliam D. **O milionário mora ao lado: os surpreendentes segredos dos ricos americanos.** Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Manole, 1999.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre; SEREIA, Vanderlei José. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do paraná. **Revista de Administração da UNIMEP.** São Paulo, vol. 9, n. 3, p. 61-86, 2011. Disponível em: <<<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345>>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DOS CURSOS DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE, SECRETARIADO E FINANÇAS DA UFC

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

PERFIL DE ENDIVIDAMENTO DOS ALUNOS DA FEAAC – UFC

PERFIL DE ENDIVIDAMENTO

01. Você possui dívidas? (Se a sua resposta for NÃO, encaminhe-se para **PERFIL FINANCEIRO**)

SIM NÃO

02. Quais foram as principais formas de crédito utilizadas que geraram o endividamento?

CARTÃO DE CRÉDITO CARTÃO DE LOJAS

EMPRÉSTIMO CONSIGNADO FINANCIAMENTO BANCÁRIO

CHEQUE ESPECIAL CARNÊ DE LOJAS

OUTRO: _____

03. Qual o prazo de comprometimento com suas dívidas?

ATÉ 6 MESES ENTRE 6 E 12 MESES MAIS DE 12 MESES

04. Qual o valor aproximado de suas dívidas?

ATÉ R\$ 1.000,00

DE R\$ 1.001,00 A R\$ 2.000,00

DE R\$ 2.001,00 A R\$ 3.000,00

DE R\$ 3.001,00 A R\$ 4.000,00

ACIMA DE R\$ 4.000,00

05. Qual motivo justifica o endividamento?

MÁ GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

INFLUÊNCIA FAMILIAR/FALTA DE ORIENTAÇÃO

GASTOS INESPERADOS (EX: BATIDA DE CARRO, DOENÇA)

CONSUMISMO

FÁCIL ACESSO AO CRÉDITO

OUTRO: _____

PERFIL FINANCEIRO

01. Você já fez algum tipo de planejamento financeiro?

NUNCA ALGUMAS VEZES SEMPRE

02. Você reserva parte do seu dinheiro para investimentos? (Se a sua resposta for NÃO, encaminhe-se para **PERFIL DO RESPONDENTE**)

SIM NÃO

03. Quais investimentos você utiliza?

POUPANÇA IMÓVEIS AÇÕES

TÍTULO PÚBLICOS/PRIVADOS NEGÓCIO PRÓPRIO

OUTRO: _____

04. Qual seu objetivo ao realizar investimentos?

ATINGIR UM MONTANTE NECESSÁRIO PARA A COMPRA DE UM BEM

ATINGIR A INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

TER UMA RESERVA FINANCEIRA PARA POSSÍVEIS IMPREVISTOS

AMPLIAR SEUS RECURSOS FINANCEIROS

OUTRO: _____

05. O conhecimento que você usa para gerir o seu dinheiro foi adquirido principalmente:

DA FAMÍLIA DA FACULDADE

DE REVISTAS, LIVROS, TV OU RÁDIO DE EXPERIÊNCIA PRÁTICA

OUTRO: _____

06. Você concorda que deveria existir uma disciplina ofertada pela universidade abordando a gestão dos recursos financeiros pessoais?

CONCORDO TOTALMENTE CONCORDO INDIFERENTE

DISCORDO DISCORDO TOTALMENTE

PERFIL DO RESPONDENTE

01. Sexo

MASCULINO FEMININO

02. Faixa Etária

ATÉ 20 ANOS DE 21 ANOS A 30 ANOS DE 31 ANOS A 40

ACIMA DE 40 ANOS

03. Qual seu curso?

ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO ATUÁRIA

FINANÇAS CONTABILIDADE SECRETARIADO

04. Em qual semestre você se encontra?

1° OU 2° 3° OU 4° 5° OU 6°

7° OU 8° 9° OU MAIS

05. Qual sua principal fonte de renda?

ESTÁGIO BOLSA DE ESTUDO VINCULADA À FACULDADE

EMPREGO FORMAL EMPREGO INFORMAL AUXÍLIO DOS PAIS

06. Qual sua faixa de renda mensal líquida pessoal?

ATÉ R\$ 500,00

DE R\$ 500,01 ATÉ R\$ 1.000,00

DE 1.000,01 ATÉ R\$ 1.500,00

DE 1.500,01 ATÉ R\$ 2.500,00

ACIMA DE R\$ 2.500,00

PERFIL FAMILIAR

01. Qual o grau de escolaridade de seus pais?

FUNDAMENTAL INCOMPLETO

FUNDAMENTAL COMPLETO

ENSINO MÉDIO INCOMPLETO

ENSINO MÉDIO COMPLETO

ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

PÓS-GRADUAÇÃO

02. Qual sua faixa de renda mensal líquida familiar?

ATÉ R\$ 500,00

DE R\$ 500,01 ATÉ R\$ 1.000,00

DE R\$ 1.000,01 ATÉ R\$ 1.500,00

DE R\$ 1.500,01 ATÉ R\$ 2.500,00

DE R\$ 2.500,01 ATÉ R\$ 4.000,00

ACIMA DE R\$ 4.000,00

03. No âmbito familiar em que você reside existe alguém endividado?

SIM, TODOS.

EM PARTE, QUASE TODOS.

EM PARTE, POUCOS ESTÃO.

NINGUÉM.